

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

Júlia Virgínia Vieira

**“Mineração e desenvolvimento econômico: uma análise dos encadeamentos produtivos
da mineração na microrregião de Ouro Preto”**

Mariana – MG

2025

Júlia Virgínia Vieira

**“Mineração e desenvolvimento econômico: uma análise dos encadeamentos produtivos
da mineração na microrregião de Ouro Preto”**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Ouro Preto como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador(a): Profa. Dra. Fernanda Faria Silva.

Mariana

2025

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

V657m Vieira, Júlia Virgínia.

Mineração e desenvolvimento econômico [manuscrito]: uma análise dos encadeamentos produtivos da mineração na microrregião de Ouro Preto. / Júlia Virgínia Vieira. - 2025.

71 f.: il.: gráf., tab..

Orientadora: Profa. Dra. Fernanda Faria Silva.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Ciências Econômicas .

1. Desenvolvimento econômico. 2. Economia regional. 3. Mineração a céu aberto. I. Silva, Fernanda Faria. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 338.23:330.34

Bibliotecário(a) Responsável: Eliane Apolinário Vieira Avelar - CRB6/3044



FOLHA DE APROVAÇÃO

Júlia Virginia Vieira

“Mineração e desenvolvimento econômico: uma análise dos encadeamentos produtivos da mineração na microrregião de Ouro Preto”

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas

Aprovada em 02 de Dezembro de 2025

Membros da banca

Profa. Dra Fernanda Faria Silva - Orientador(a) (Departamento de Economia / Universidade Federal de Ouro Preto)
Prof. Dr Manoel Ramon Souza Luz - Membro da Banca Examinadora (Departamento de Economia /Universidade Federal de Ouro Preto)
Dra Cyrana Borges Veloso - Membro da Banca Examinadora (Doutorado em Sociologia - UFMG).

Fernanda Faria Silva, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 02 de Dezembro de 2025



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Faria Silva, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 02/12/2025, às 14:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1025996** e o código CRC **8033EEC8**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, e em especial à minha mãe, pelo apoio ao longo de toda a minha caminhada. Sua dedicação, incentivo constante e exemplo de força foram fundamentais para que eu chegassem até aqui. Sem ela, nada disso teria sido possível.

Agradeço também aos amigos que fiz durante a graduação, que tornaram essa trajetória mais leve e prazerosa. Ao PET/ICSA, pelos dois anos de aprendizado contínuo e pelas amizades construídas nesse período.

Registro meus agradecimentos à UFOP e aos professores do DEECO pelos ensinamentos transmitidos. Em particular, agradeço à minha orientadora, Dra. Fernanda Faria, pela paciência, pela orientação cuidadosa e pelos conhecimentos compartilhados.

Agradecimentos à FAPEMIG - Projeto APQ-02012-22 - EDITAL 001/2022 - DEMANDA UNIVERSAL FAPEMIG.

À todos, deixo meu sincero muito obrigada.

O maior trem do mundo

Leva minha terra

Para a Alemanha

Leva minha terra

Para o Canadá

Leva minha terra

Para o Japão

O maior trem do mundo

Puxado por cinco locomotivas a óleo diesel

Engatadas geminadas desembestadas

Leva meu tempo, minha infância, minha vida

Triturada em 163 vagões de minério e destruição

O maior trem do mundo

Transporta a coisa mínima do mundo

Meu coração itabirano

Lá vai o trem maior do mundo

Vai serpenteando, vai sumindo

E um dia, eu sei não voltará

Pois nem terra nem coração existem mais.

(O maior trem do mundo, Carlos Drummond de Andrade)

RESUMO

As atividades econômicas baseadas na extração de recursos naturais carregam, em sua própria lógica, a perspectiva de exaustão das reservas. Nas cidades de Mariana, Ouro Preto e Itabirito, o extrativismo mineral possui forte presença na estrutura produtiva, impondo uma necessidade de diversificação econômica para alternativas mais sustentáveis. Nesse sentido, este trabalho buscou realizar uma análise dos encadeamentos produtivos da mineração nas três cidades, no período compreendido entre 2006 e 2024. Para isso, foi utilizado tanto o cálculo do quociente locacional, para identificação dos setores com maior concentração de empregos, quanto a análise shift share, que permite a decomposição da estrutura produtiva local. Os dados foram extraídos do emprego formal disponível no Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS). Os resultados obtidos indicam que a especialização produtiva na indústria extractiva aumentou em Ouro Preto e Itabirito, mas manteve-se estável em Mariana. Também foi possível observar o crescimento de outros setores, como a construção e serviços terceirizados. No que diz respeito às atividades não diretamente relacionadas com a mineração, foi possível perceber vantagens locacionais nas atividades profissionais, técnicas e científicas; atividades financeiras, seguros e serviços relacionados; transporte, armazenagem e correio; e saúde humana e serviços sociais. Dessa forma, conclui-se que os municípios da região ainda apresentam uma forte dependência da indústria extractiva e outras atividades correlacionadas. No entanto, outros setores também despontaram como possíveis alternativas para diversificar a base produtiva, uma vez que apresentam importantes vantagens competitivas locais.

Palavras-chave: Mineração; Desenvolvimento Econômico; Shift Share; Economia Regional; Ouro Preto.

ABSTRACT

Economic activities based on the extraction of natural resources carry, in their very logic, the prospect of depletion of reserves. In the cities of Mariana, Ouro Preto, and Itabirito, mineral extraction has a strong presence in the productive structure, imposing a need for economic diversification toward more sustainable alternatives. In this sense, this study sought to analyze the productive chains of mining in the three cities between 2006 and 2024. To this end, both the location quotient calculation, to identify the sectors with the highest concentration of jobs, and the shift share analysis, which allows for the decomposition of the local productive structure, were used. The data were extracted from formal employment figures available in the Annual Social Information Report (RAIS). The results obtained indicate that productive specialization in the extractive industry increased in Ouro Preto and Itabirito, but remained stable in Mariana. It was also possible to observe growth in other sectors, such as construction and outsourced services. With regard to activities not directly related to mining, it was possible to perceive locational advantages in professional, technical, and scientific activities; financial activities, insurance, and related services; transportation, storage, and mail; and human health and social services. Thus, it was concluded that municipalities in the region still rely heavily on the extractive industry and other related activities. However, other sectors have also emerged as possible alternatives for diversifying the productive base, as they offer significant competitive local advantages.

Keywords: Mining; Economic Development; Shift Share; Regional Economy; Ouro Preto.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Seções do CNAE 2.0	49
Tabela 2 - Decomposição da Estrutura Produtiva do Município de Mariana, ano base de 2006.....	51
Tabela 3 - Decomposição da Estrutura Produtiva do Município de Ouro Preto, ano base de 2006.....	55
Tabela 4 - Decomposição da Estrutura Produtiva do Município de Itabirito, ano base de 2006.....	59

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RECURSOS NATURAIS... 11	
1.1 Breve incursão nas teses da Divisão Internacional do Trabalho (DIT), das Vantagens Comparativas e o Estruturalismo.....	12
1.2 A maldição dos recursos naturais (Resource Curse).....	15
1.3 A importância dos encadeamentos produtivos para o desenvolvimento regional.....	21
CAPÍTULO 2: A MINERAÇÃO EM MINAS GERAIS.....26	
2.1. Raízes da mineração em Minas Gerais.....	26
2.2 Aspectos socioeconômicos da mineração na microrregião de Ouro Preto.....	33
CAPÍTULO 3: ASPECTOS METODOLÓGICOS.....43	
3.1. Análise Shift Share.....	43
3.2. Quociente Locacional (QL).....	46
3.3. Base de dados.....	47
CAPÍTULO 4: RESULTADOS E DISCUSSÕES.....48	
4.1 Mariana.....	49
4.2 Ouro Preto.....	53
4.2 Itabirito.....	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....61	
REFERÊNCIAS.....63	
ANEXO A.....72	

INTRODUÇÃO

A capacidade da exploração intensiva dos recursos naturais em promover o desenvolvimento econômico sustentado vem sendo alvo de debates desde meados do século XX. De início, as críticas direcionaram-se à Teoria das Vantagens Comparativas e à Divisão Internacional do Trabalho por ela definida. Uma das mais contundentes diz respeito a Tese Prebisch - Singer (1949, 1950), a qual critica o pensamento hegemônico de que a divisão internacional do trabalho entre países centrais produtores de bens manufaturados e países periféricos exportadores de alimentos e matérias primas levaria a disseminação do progresso técnico para todas as nações. Ao contrário, os autores enfatizam que no longo prazo tal configuração levaria a deterioração dos termos de troca a favor dos países ricos e que apenas com a industrialização os países periféricos poderiam usufruir do progresso técnico (Prebisch, 1949). Com base nessa perspectiva, o desenvolvimento econômico da maioria dos países retardatários, em especial os latino-americanos, sempre esteve historicamente atrelado ao rompimento com a condição de primário exportadores e com o incentivo à industrialização doméstica.

A partir da década de 1980, as perspectivas do desenvolvimento baseado na exploração de matérias primas tomou novas formas. Em busca de identificar as principais causas das disparidades econômicas entre os países, ganhou forma a teoria da Maldição dos Recursos Naturais, a qual relaciona baixas taxas de crescimento de longo prazo a abundância em recursos naturais. A publicação dos trabalhos de Sachs e Warner (1995) forneceu evidências empíricas da maldição, contribuindo para a consolidação do debate no meio acadêmico. Contudo, a existência de países desenvolvidos e abundantes em recursos naturais corrobora para que a teoria não seja unanimidade entre os estudiosos do desenvolvimento.

Por esse motivo, trabalhos mais recentes buscam compreender os motivos pelos quais países ricos em recursos naturais apresentam baixos índices de crescimento, evidenciando as instituições tanto políticas quanto econômicas. É nesse sentido que autores como Morris, Kaplinsky e Kaplan (2012), Andersen (2012) e Ville e Wicken (2013) retomam os escritos de Albert Hirschman sobre encadeamentos produtivos, enfatizando a capacidade da indústria primária em promover outros setores da economia. Países desenvolvidos, como Austrália e Noruega, foram capazes de alcançar níveis elevados de bem estar social mesmo com economias fortemente dependentes de recursos primários. Essa situação, contudo, só foi possível devido a ação planejada do estado e a cooperação entre poder público, sociedade e empresas que agiram de forma a catalisar os efeitos indutores da indústria primária.

Segmentos relacionados à pesquisa e a inovação puderam se desenvolver através das demandas do setor chave, ao mesmo tempo que contribuem para elevar a produtividade da indústria.

Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo principal analisar a estrutura produtiva dos municípios de Mariana, Ouro Preto e Itabirito, inseridos na Microrregião de Ouro Preto, com ênfase no impacto da indústria de recursos naturais na geração de emprego. Busca-se compreender os efeitos da especialização produtiva na indústria extractiva mineral, bem como identificar quais setores podem contribuir para a diversificação da economia da região. Assim, procura-se verificar se, mesmo após o boom das commodities no início do século e dos rompimentos de barragens ocorridos em 2015 e 2019, as economias locais permanecem fortemente ancoradas no extrativismo mineral. A hipótese inicial é de que, apesar desses eventos, a mineração continua sendo a principal atividade econômica dos municípios analisados.

A justificativa para a escolha destes municípios está relacionada ao fato de que estes 3 congregam a microrregião de Ouro Preto e são intensivos em recursos naturais. Além disso, soma-se o fato de Mariana ter sido o epicentro do rompimento da barragem do Fundão, e a possibilidade de que novas tragédias sejam revividas em outros distritos, como em Antônio Pereira.

A forte especialização produtiva na mineração tem atuado como um obstáculo à diversificação econômica. Dessa forma, ampliar a base produtiva é essencial para garantir perspectivas sustentáveis de desenvolvimento de longo prazo para essas regiões. Segundo relatório da Vale S.A. (2024), dentro do Complexo Mariana, a data de exaustão da mina mais longínqua é 2054, o que sugere o início de um período de mudanças na economia local, historicamente dependente da atividade. Em 2015, o rompimento da barragem de Fundão em Mariana expôs a fragilidade da economia do município. Como apontado por Nunes (2019), após o rompimento, a economia municipal sofreu não somente com a diminuição da arrecadação dos cofres públicos como também com a redução da escala de oferta de serviços públicos como educação, saúde, infraestrutura entre outros. Assim, identificar os setores que podem contribuir com a diversificação econômica se apresenta de suma importância para garantir que a região não esteja vulnerável a novos choques.

Para isso, será utilizado o método diferencial-estrutural (também conhecido como *Shift-Share*) Bastante utilizado na análise regional, este método proporciona uma análise do crescimento econômico de uma região a partir da decomposição de sua estrutura produtiva (Simões, 2005). A análise baseia-se no crescimento do emprego real, observado dentro da

região, e no crescimento teórico, que seria observado se a localidade crescesse conforme a região de referência (Porsse e Vale, 2020). Além disso, será calculado o quociente locacional dos municípios, a fim de compreender a dinâmica de especialização produtiva da região. Os dados utilizados foram obtidos através da Relação Anual de Informações Sociais - Rais - para um período compreendido entre os anos de 2002 a 2024.

O trabalho está dividido em cinco partes, além desta introdução. O primeiro capítulo tratará da literatura a respeito do desenvolvimento econômico baseado em recursos naturais. Iniciando com as transformações da Divisão Internacional do Trabalho ao longo do tempo até a maldição dos recursos naturais, o capítulo propõe uma reflexão acerca das estratégias de desenvolvimento para economias abundantes em matérias primas. Com ênfase na teoria dos encadeamentos produtivos, proposto por Albert Hirschman (1958), o capítulo se encerra com discussão a respeito das possibilidades de indução do crescimento das indústrias primárias, enfatizando casos de sucesso ao redor do mundo.

O segundo capítulo dedica-se à análise das características da mineração em Minas Gerais, desde suas origens até os dias atuais. O surgimento da atividade mineradora no estado está diretamente relacionado ao processo de ocupação dos três municípios em estudo. Ouro Preto, município homônimo da microrregião e principal localidade do Ciclo do Ouro, vivenciou no século XVIII tanto o auge quanto o declínio da mineração aurífera. As localidades vizinhas, fortemente influenciadas pelos efeitos irradiadores dessa atividade, também experimentaram uma retração econômica com a queda da produção mineral, convertendo-se gradualmente em economias de subsistência (Furtado, 1959). Somente no século XX a região voltou a adquirir relevância econômica, impulsionada por um novo ciclo minerador. Desde então, os municípios analisados têm encontrado na mineração um pilar central de sustentação social e econômica, como será detalhado na última seção do capítulo.

No capítulo 3 é feito o detalhamento da metodologia utilizada no trabalho, bem como a base de dados a ser utilizada. O capítulo seguinte apresenta os resultados obtidos na pesquisa. Por fim, nas considerações finais está presente as principais conclusões do estudo e as implicações práticas que podem ser derivadas dos resultados alcançados.

CAPÍTULO 1: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RECURSOS NATURAIS

O primeiro capítulo deste trabalho traz uma discussão acerca do desenvolvimento movido pela exploração intensiva de recursos naturais. A fim de compreender a relação entre esses atributos, será feita uma revisão de literatura evidenciando a Divisão Internacional do Trabalho - DIT - a Maldição dos Recursos Naturais ou Paradoxo da Abundância e a Teoria dos Efeitos em Cadeia. Para isso, o capítulo está dividido em três seções.

Na primeira será feito um breve panorama da evolução da Divisão Internacional do Trabalho ao longo dos últimos dois séculos. Fruto da revolução industrial inglesa do século XVIII, a DIT representa a configuração espacial da forma como o trabalho e a produção estão distribuídos para cada país do mundo. Em outras palavras, ela representa, de maneira geral, a divisão mundial entre países exportadores de manufaturados e, portanto, industrializados e os exportadores matérias-primas, subdesenvolvidos. Mais do que isso, ela simboliza a circulação internacional do capital e as fases de evolução do capitalismo (Pochmann, 2001).

As fases da DIT são determinadas a partir do grau de acumulação de capital que os países líderes, como a Inglaterra e, posteriormente no século XX, os Estados Unidos, se encontram. Contudo, a cada período o processo de convergência entre produtores de matérias primas e produtores de manufaturados se torna mais difícil devido ao aprofundamento do *gap* tecnológico que separa ambos os grupos (Furtado, 1974). Dessa forma, aos primeiros, acaba sendo delegado o papel de fornecedores de matérias primas, em sua maioria especializados em poucos produtos (Hirschman, 2008).

No contexto de especialização produtiva em matéria-primas determinada para os países periféricos, é retomada, na seção seguinte, algumas das principais teorias sobre desenvolvimento econômico para econômicas com grande dependência de produtos primários. Desde o final da Segunda Guerra Mundial, existe na literatura sobre desenvolvimento econômico, a ideia da Maldição dos Recursos Naturais. Essa teoria sugere que países abundantes em recursos naturais apresentam menores taxas de crescimento econômico de longo prazo quando comparados a países pobres em tais recursos.

Dessa forma, apresenta-se a tese Prebisch-Singer (1949, 1950), que discute o caráter prejudicial que a especialização produtiva em insumos primários oferece aos países subdesenvolvidos. Em seguida, apresentam-se as primeiras formulações empíricas sobre a maldição, com os estudos de Sachs e Warner (1995, 2001) até os estudos mais contemporâneos que buscam entender como alguns países com pautas primárias se desenvolvem enquanto outros continuam apresentando baixos indicadores socioeconômicos.

Por fim, a última seção trata sobre os encadeamentos produtivos no contexto do desenvolvimento econômico. Nos trabalhos que buscam analisar os caminhos percorridos pelos países que superaram o paradoxo da abundância, é possível perceber a forte presença de indústrias com alto poder de gerar elos em cadeia. Assim, a retomada das teses de Hirschman (1961, 1967) se faz pertinente para a compreensão do assunto.

Grande estudioso do subdesenvolvimento econômico, o autor enfatiza que é possível promover mudanças estruturais a partir da intervenção estatal em setores chaves da economia. Dessa maneira, é possível induzir o desenvolvimento a partir da coordenação de forças humanas e produtivas para uma destino desejável. Para isso, é preciso que haja um impulso intencional em indústrias com capacidades de promover encadeamentos para frente, que utilizam o produto da indústria chave como insumo, e principalmente, encadeamentos para trás, que abastecem uma indústria central.

1.1 Breve incursão nas teses da Divisão Internacional do Trabalho (DIT), das Vantagens Comparativas e o Estruturalismo

Em meados do século XIX, a economia mundial passou por substanciais transformações. A intensificação da acumulação de capital nos sistemas nacionais e o aumento do comércio internacional, culminaram no incremento da produtividade do trabalho e em um crescente fluxo de excedentes, direcionados, principalmente, para a Inglaterra. Este processo não apenas transformou a capital inglesa, Londres, no centro financeiro capitalista da época, como também permitiu ao país promover e consolidar “a implementação de um sistema de divisão internacional do trabalho que marcaria definitivamente a evolução do capitalismo mundial” (Furtado, 1974, p. 21) fundamentado nas premissas da Teoria das Vantagens Comparativas (Furtado, 1974).

Segundo a teoria, desenvolvida originalmente por David Ricardo no século XIX, as nações podem se beneficiar do comércio internacional e da especialização produtiva ao concentrarem-se na produção de bens nos quais apresentassem menor custo de oportunidade em comparação com outros países (Krugman, 2005). Essa tese fundamentou a Divisão Internacional do Trabalho em todas as fases de desenvolvimento do capitalismo pós Revolução Industrial.

Ao analisar as transformações do trabalho ao final do século XIX, Pochmann (2001) elenca três diferentes formulações da DIT. A primeira delas, como já citado, diz respeito à fase de hegemonia inglesa na produção industrial. Em um primeiro momento, o comércio internacional era baseado em uma relação dicotômica: os países não industrializados

exportavam produtos primários para importar os bens manufaturados ingleses. No século XIX, outros países lograram sucesso na internalização da industrialização aos moldes ingleses e passaram a constituir o centro do capitalismo mundial, a saber: Estados Unidos, França, Alemanha e Japão.

Ao contrário da Primeira Revolução Industrial, as características da Segunda Revolução dificultaram a transição de uma economia baseada em produtos primários para uma economia industrial. Isso porque a junção do capital industrial com o capital financeiro permitiu uma onda de inovações tecnológicas que só poderiam ser incorporadas às economias periféricas a partir de grandes aportes de investimento estatal e bancário. Assim, durante os séculos XVIII e XIX, a economia mundial foi dividida entre países industrializados e exportadores de manufaturados e países de produção primária.

A fragilidade da hegemonia inglesa no início do século XX permitiu aos Estados Unidos alcançar a posição central no capitalismo após a Segunda Guerra Mundial. Naquele momento, a divisão do mundo entre os blocos capitalista e socialista apresentou aos países periféricos uma nova estratégia de desenvolvimento impulsionado pela União Soviética. Assim, a busca do bloco capitaneado pelos Estados Unidos por áreas de influência fez surgir uma nova Divisão Internacional do Trabalho, marcada pela aparição de uma semi-periferia, composta por países periféricos que conseguiram internalizar a segunda revolução industrial.

Nesse contexto, cabe entender os desdobramentos da teoria do comércio internacional após 1945. Durante o período pós guerra, as críticas à Teoria das Vantagens Comparativas começam a tomar força no cenário econômico mundial, sendo as mais conhecidas as realizadas por Raul Prebisch (1949) e Paul Singer (1950). A chamada tese da Deterioração dos Termos de Troca ou Tese de Prebisch-Singer, argumenta que no longo prazo esse tipo de estratégia geraria um modelo de crescimento perverso e insustentável, provocado pelas diferenças estruturais entre oferta e demanda de produtos primários e manufaturados (Nassif, 2021). Como explicitado por Singer (1950, p. 479):

The industrialized countries have had the best of both worlds, both as consumers of primary commodities and as producers of manufactured articles, whereas the underdeveloped countries had the worst of both worlds, as consumers of manufactures and as producers of raw materials (1950, p. 479).

Prebisch (1949, p. 73), contudo, afirma que “a industrialização da América Latina não é incompatível com o desenvolvimento eficaz da produção primária”. Para este autor, seria a partir das exportações de produtos primários que os países latino-americanos, como o Brasil, acumulariam as divisas necessárias para a importação de bens de capital e para posterior

implantação da indústria nesses países. Essa estratégia, chamada de Industrialização por Substituição de Importações, foi amplamente utilizada no Brasil entre as décadas de 1930 e 1970 (Milanez, 2021).

A Terceira Revolução Industrial marca o início do controle do capitalismo financeiro e das grandes empresas transnacionais sob o comércio internacional. Furtado (1974) argumenta que a formação de um mercado externo de capitais permitiu que as empresas se libertarem das limitações dos sistemas econômicos nacionais e se tornassem um instrumento de expansão econômica, principalmente nos países periféricos. Nesse sentido, a mão de obra barata existente fora dos países centrais atrai subsidiárias de grandes empresas em busca de custos menores e lucros cada vez maiores, tornando-as mais competitivas no cenário internacional. Dessa forma, surge a atual Divisão Internacional do Trabalho, marcada pelo aumento da participação do setor terciário nas economias desenvolvidas, ao passo que a importância do setor primário aumenta nos demais países (Pochmann, 2001).

Assim, além de fornecedores de mão de obra barata e com baixa qualificação, a semi-periferia tem seu papel de fornecedora de recursos naturais não renováveis reforçada pelo novo DIT. Nesse contexto, a especialização na indústria de transformação resulta, segundo Pochmann (2001), tanto na migração de uma parcela de produção menos tecnológica e com menor valor agregado para esses países, quanto na utilização extensiva de recursos naturais e energia. Essa situação é pontuada por Furtado ainda em 1974, ao considerar a crescente dependência do centro das matérias primas dos demais países do mundo.

Em suma, a Divisão Internacional do Trabalho tende a seguir os rumos da evolução do capitalismo mundial. Contudo, é possível dizer que desde a primeira Revolução Industrial até os dias atuais, a distribuição mundial do trabalho segue uma tendência de reservar os maiores salários e os melhores postos de trabalho aos países centrais. Tal tendência acentua-se à medida que a limiar tecnológica que separa países desenvolvidos e subdesenvolvidos se aprofunda, dificultando a passagem de um país de um grupo para o outro.

Destaca-se que a partir da década de 1980, o Brasil iniciou um processo de desindustrialização econômica. A tendência de aumento da participação do produto industrial no PIB alcançada durante as décadas anteriores foi revertida, e os produtos primários voltaram a ter importância crescente na pauta exportadora brasileira. Dessa forma, a economia brasileira vem se tornando uma economia altamente especializada na exportação de produtos primários ou semielaborados.

1.2 A maldição dos recursos naturais (*Resource Curse*)

Dentro do contexto discutido na seção anterior, percebe-se que desde a década de 1980 existe uma tendência de aumento da importância dos produtos primários na pauta de exportação brasileira. Contudo, a centralidade da exploração primária, em especial a mineral e petrolífera, pode trazer efeitos deletérios para a economia e para a sociedade brasileira. Milanez e Santos (2013) afirmam que desde os anos 2000 o Brasil está se engendrando em um modelo de desenvolvimento neoextrativista, baseado na exploração de recursos naturais, na inserção subordinada no comércio internacional e na baixa diversificação na estrutura produtiva. Entretanto, essa estratégia de desenvolvimento é alvo constante de debates entre economistas, os quais argumentam que a especialização em atividades primárias pode levar ao aparecimento da Maldição dos Recursos Naturais.

Segundo a teoria da maldição, países abundantes em recursos apresentam menores taxas de crescimento econômico de longo prazo quando comparados a países pobres em recursos (Pamplona, Cacciamali, 2018). Essa premissa paradoxal, ganhou espaço no debate sobre desenvolvimento no período posterior à Segunda Guerra Mundial, momento em que as disparidades econômicas dos países se tornaram alvo de estudo. Em um primeiro momento, a discussão se voltava para o argumento da especialização produtiva, promovida pela DIT, como um obstáculo para a superação do subdesenvolvimento (Prebisch, 1949; Singer, 1950; Hirschman, 1958, 1967). A partir das décadas de 1980 e 1990, a literatura sobre recursos naturais buscou evidências empíricas sobre a maldição e ganhou força através dos trabalhos de Sachs e Warner (1995, 2001). Contemporaneamente, a literatura especializada não está focada em descobrir a existência da maldição, mas em compreender os motivos que levam alguns países ricos em recursos naturais a se desenvolverem e outros não (Ross, 2015).

Como discutido anteriormente, a Teoria das Vantagens Comparativas e a Divisão Internacional do Trabalho não se estabeleceram sem críticas, sendo uma das mais importantes a realizada por Raul Prebisch (1949). O economista argentino argumenta que o progresso técnico e a elevação dos padrões de vida nos países latino-americanos não poderiam ser alcançados a partir da especialização produtiva em matérias primas, como é definido pela TVC. Essa afirmação repousa nas diferenças estruturais entre os produtos exportados pela periferia e pelo centro da economia mundial. Logo, apenas com o estabelecimento da indústria, as promessas de desenvolvimento poderiam ser cumpridas. Contudo, apesar de defender a industrialização como caminho para superação do subdesenvolvimento, o autor reconhece a importância da produção primária para a geração de dívidas para a importação de bens de capital e insumos que respaldam a indústria doméstica.

De forma análoga, Singer (1950) também critica a Teoria das Vantagens Comparativas evidenciando as diferenças estruturais entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Segundo o autor, a forma de organização do comércio internacional não é capaz de difundir o progresso técnico para a periferia devido à deterioração dos termos de troca existentes entre países centrais e periféricos. Além disso, o autor argumenta que os investimentos estrangeiros realizados em países em desenvolvimento falham em promover a industrialização, uma vez que representam os interesses e necessidades domésticas dos países ricos e não se integram verdadeiramente às economias nacionais. Singer sugere que apesar da agricultura ser capaz de gerar externalidades positivas, apenas a industrialização é capaz de fornecer os subsídios necessários em alta magnitude para a melhoria da qualidade de vida nos países em desenvolvimento.

Albert Hirschman também coloca a indústria como peça chave para o desenvolvimento econômico. Em sua obra seminal, “Estratégia para o Desenvolvimento Econômico” (1958), o autor introduz os conceitos de encadeamentos para frente, relativos às indústrias que utilizam o produto de uma dada atividade, e encadeamentos para trás, indústrias que fornecem insumos para uma dada atividade, sendo esta última a mais eficiente para o desenvolvimento em países subdesenvolvidos (Bianchi, 2007). Além disso, o autor destaca os fracos encadeamentos para frente produzidos pela mineração e pela agricultura, resultantes do baixo envolvimento da atividade com a economia local. Dessa forma, esses setores são caracterizados como “enclaves”: a ausência de envolvimento com outros setores da economia, a ideia de um “corpo estranho” (Hirschman, 1967; Pamplona, Cacciamali, 2018).

As discussões sobre a relação entre abundância de recursos naturais e baixo crescimento econômico de longo prazo iniciaram-se sob a luz da doença holandesa. Identificado pela primeira vez na década de 1960 nos Países Baixos, o fenômeno é definido por Bresser-Pereira, Marconi e Oreiro (2017) como:

A crônica sobreapreciação da taxa de câmbio de um país causada pela exploração de recursos abundantes e baratos, cuja produção e exportação é compatível com uma taxa de câmbio claramente mais apreciada que a taxa de câmbio que torna competitivas internacionalmente as demais empresas de bens comercializáveis que usam a tecnologia mais moderna existente no mundo (p.3).

Ou seja, o aumento das exportações de bens primários eleva o estoque de reservas de um país de tal modo que sua moeda se torna sobrevalorizada. Dessa maneira, os produtos manufaturados produzidos internamente perdem competitividade no mercado internacional devido aos preços relativos mais elevados. Esse processo cria obstáculos para a produção

industrial do país, provocando o declínio do setor, mesmo quando existem práticas administrativas e tecnológicas superiores às do setor primário.

Nesse sentido, Auty e Warhurst (1993) buscam entender como uma economia mineradora pode se desenvolver de maneira sustentável. Segunda eles, a superação da doença holandesa através tanto da diversificação da estrutura produtiva quanto pelo incentivo à inovação e tecnologia é um dos pontos chave para alcançar esse objetivo. Larsen (2006) examina o processo de superação desse fenômeno pela Noruega. O autor distingue maldição dos recursos naturais e doença holandesa e discorre a respeito das estratégias que levaram o país a superar ambos os fenômenos por mais de duas décadas. Por outro lado, Bresser-Pereira et. al (2017) considera ambos os termos sinônimos, e afirma que a doença holandesa é a chave para explicar o desenvolvimento econômico relativamente lento de países ricos em recursos naturais

A partir da década de 1990, a tese da Maldição dos Recursos Naturais passou a contar com evidências empíricas e ganhou força. Nesse momento, um dos trabalhos seminais para a difusão da teoria foi publicado por Sachs e Warner (1995, 2001). No primeiro, os autores utilizam uma amostra de 97 países em desenvolvimento e abundantes em recursos naturais¹ e analisaram a taxa de crescimento econômico entre 1970 e 1989 para testar a hipótese de que a riqueza em recursos está associada a um baixo crescimento econômico. Utilizando regressões cross country, os autores controlaram variáveis como PIB, política comercial, taxa de investimento, volatilidade da taxa de câmbio, desigualdade e eficiência da burocracia institucional. Como resultado, eles demonstraram a existência de uma relação negativa entre abundância de recursos naturais e crescimento econômico.

Apesar dos trabalhos que demonstram empiricamente o baixo desempenho econômico de países ricos em recursos naturais, as evidências que respaldam essa afirmação não são consenso no meio acadêmico. Rosser (2006) argumenta que é preciso considerar aspectos sociais, o ambiente político e econômico externo na análise da maldição dos recursos naturais, além do fato de alguns países abundantes em recursos conseguirem se desenvolver e atingir bons indicadores sociais enquanto outros não. Contemporaneamente, o conceito a maldição ganhou uma maior abrangência, e foi definido por Ross (2015, p.2) como “*the adverse effects of a country's natural resource wealth on its economic, social, or political well-being*”². Seguindo essa perspectiva, pesquisas mais recentes deixaram de se concentrar apenas nos

¹ A abundância de recursos naturais foi medida a partir da taxa de exportação desses produtos em relação ao PIB no ano base de 1970.

² “efeitos adversos da riqueza em recursos naturais de um país sobre seu bem-estar econômico, social ou político”.

resultados econômicos das economias dependentes e passaram a investigar as razões pelas quais países com bases econômicas semelhantes apresentam desempenhos distintos (Ross, 2015). Nesse sentido, a literatura especializada divide os autores em dois grupos: aqueles que creditam a qualidade das instituições pelo bom desempenho econômico (Mehlum, Moene e Torvik, 2006; Sarmidi, Law e Jafari, 2014) e aqueles que consideram a associação entre tecnologia e inovação e indústrias de recursos naturais como responsável pelo desenvolvimento (Andersen, 2012; Morris, Kaplinsky e Kaplan, 2012; Ville e Wicken, 2013).

As causas das disparidades econômicas entre os países são alvo de diversas hipóteses dentro da literatura sobre desenvolvimento econômico. Entre as teorias que associam o bom desempenho econômico a altos níveis de poupança (Solow) e a inovação tecnológica (Romer), encontram-se os autores que vêem nas instituições econômicas a chave para o desenvolvimento. Endógenas a sociedade, essas instituições são fruto de instituições políticas e são responsáveis por moldar os incentivos dos atores econômicos. Dessa forma, são responsáveis não apenas pelos possíveis *outcomes* da economia, mas também pela distribuição de recursos no futuro (Acemoglu, Johnson e Robinson, 2005).

Essa característica faz emergir na sociedade conflitos de interesse entre os diversos grupos sociais pela determinação das instituições políticas. O resultado desse conflito, favorável aos grupos de maior poder político, garante ao vencedor a determinação das instituições políticas e, por conseguinte, dos incentivos econômicos. Assim, a ascensão de um grupo político com interesses produtivos é capaz de promover um bom desempenho econômico, ao passo que grupos com interesses rentistas irão alocar incentivos econômicos em setores improdutivos (Acemoglu, Johnson e Robinson, 2005).

Nesse ínterim, Mehlum, Moene e Torvik (2006) propõem uma abordagem institucionalista para analisar a maldição dos recursos naturais. Os autores utilizam a mesma base de dados de Sachs e Warner (1997) para mostrar que a qualidade das instituições é o que diferencia o crescimento de países com recursos naturais abundantes, algo descartado por eles no artigo de 1995. No estudo de 2006, os autores distinguem as instituições entre *grabber friendly institutions* e *producer friendly institutions*. No primeiro tipo, as atividades produtivas e a busca por rendas (*rent-seeking*) competem entre si, de modo que a especialização em atividades improdutivas garante rendas extras aos produtores. Por outro lado, países abundantes em recursos que apresentam *producer friendly institutions*, conseguem atrair empresários para atividades produtivas e, consequentemente, alcançam bons indicadores de desenvolvimento econômico Mehlum, Moene e Torvik (2006). Dessa forma, os autores

concluem que a abundância em recursos naturais só será uma maldição em países com instituições ruins, ou *grabber friendly institutions*.

Ainda no escopo das instituições, Sarmidi, Law e Jafari (2014) argumentam que os estudos anteriores relacionando qualidade institucional, recursos naturais e crescimento econômico adotam uma relação linear e monótona entre as variáveis, e propõem uma nova abordagem. Assim, os autores utilizam uma metodologia de estimação de limiar para determinar se existe um ponto crítico institucional abaixo do qual a abundância de recursos naturais se expressa como uma maldição. O estudo conclui que apenas países ricos em recursos e com baixa qualidade institucional apresentarão os efeitos negativos da abundância, de modo que esses efeitos diminuem à medida que as instituições melhoram. Os autores ainda pontuam que o fortalecimento institucional é uma condição necessária para o desenvolvimento econômico, mas reconhecem a complexidade desse processo.

Há também o conjunto de autores que analisam os diferentes atributos de economias ricas em recursos naturais a partir do arcabouço conceitual da economia evolucionária. Fruto de um momento de crise da teoria econômica na década 1970, a economia evolucionária utiliza de pressupostos da biologia para demonstrar o processo de mudança tecnológica e de desenvolvimento econômico. Essa vertente se contrapõe à abordagem reducionista dos modelos neoclássicos e propõe uma visão sistêmica e holística da economia. Assim, para os adeptos dessa corrente, a economia deve ser tratada como um sistema aberto, de modo que suas partes são indissociáveis entre si e só podem ser realmente compreendidas a partir da análise das inter-relações entre elas (Cerqueira, 2002; Niederle et al, 2016).

Fortemente influenciada pela obra de Schumpeter e dos economistas institucionalistas norte-americanos, essa vertente remove o indivíduo maximizador do centro da análise econômica e introduz as instituições e a mudança tecnológica no lugar. Além disso, o comportamento de maximização dos lucros atribuída às firmas pela economia convencional também é descartado e substituído pela ideia de que as firmas se comportam de modo a cumprir metas ou objetivos. Aliás, as firmas possuem um papel importante dentro da economia evolucionária. Como o processo de seleção ocorre por meio da concorrência, as empresas precisam inovar para manter seu lugar no mercado. Assim, é a partir da interação entre as firmas, as organizações externas e os indivíduos que ocorre o processo de desenvolvimento (Cerqueira, 2002; Niederle et al, 2016).

Trazendo essa vertente para a discussão sobre desenvolvimento e recursos naturais, Andersen (2012) sugere uma abordagem evolucionista-institucional para o estudo da relação entre recursos naturais e desenvolvimento econômico. Partindo de uma premissa contrária ao

pensamento hegemônico dentro da teoria da maldição, o autor defende a ideia dos recursos naturais como endógenos à economia e capazes de desenvolver importantes dinâmicas para o desenvolvimento. Segundo ele, as indústrias baseadas em recursos finitos possuem potencial para aprendizagem e criação de conexões, e destaca a importância de considerá-las como alvos de políticas de inovação. Para o autor, o desenvolvimento econômico de longo prazo é um processo de coexistência entre os setores primário, secundário e terciário, concluindo que o que torna um país pobre não é a abundância de recursos, mas a falta de aprendizagem.

Na mesma linha, Morris, Kaplinsky e Kaplan (2012) argumentam que a extração de recursos não é intrinsecamente formadora de enclaves econômicos, mas que na falta de políticas adequadas a especialização produtiva pode ter efeitos danosos ao desenvolvimento dos demais setores da economia. Os argumentos dos autores são condizentes com as ideias de Hirschman (2008), ao defenderem a centralidade dos encadeamentos para trás para desenvolver uma economia baseada em recursos primários. Dessa forma, eles defendem a coordenação entre governos, empresas e sociedade para a construção para a formação desses encadeamentos, além da importância da formação de capacidades através de sistemas nacionais de inovação.

Analizando o processo de desenvolvimento da Austrália e Noruega, países com pautas de exportação essencialmente primárias, Ville e Wicken (2013) foram capazes de identificar os motivos que fizeram com que essas noções rompessem com o paradoxo da abundância. Os autores perceberam que as indústrias de produtos primários em ambos os países possuem forte conexão com setores capacitantes, ou seja, setores capazes de promover pesquisa e inovação. Além disso, é enfatizada a importância das conexões entre pequenas comunidades e as elites nacionais com mesma ideologia no processo de desenvolvimento da Noruega. Dessa forma, os pesquisadores chegaram à uma conclusão semelhante a de Andersen (2012): a exploração de recursos naturais está mais relacionada com as capacidades da sociedade, isto é, capacidade de promover pesquisa e inovação, do que com as reservas naturais de um país.

Diante do exposto, percebe-se que não há dentro da literatura um consenso a respeito das causas dos diferentes atributos (físicos, econômicos, institucionais) para economias com mesma base econômica. Contudo, é possível concluir que a hipótese original do paradoxo da abundância não é real para todos os países ricos em recursos naturais. Determinadas estruturas políticas, sociais e institucionais, quando convergem em seus objetivos, são capazes de transformar a maldição em bênção para a economia e para a sociedade como um todo.

1.3 A importância dos encadeamentos produtivos para o desenvolvimento regional

Nesta seção será feita uma breve explanação a respeito da teoria dos encadeamentos produtivos como forma de promover o desenvolvimento de um país ou região. Na seção anterior, foi apresentado diferentes visões acerca da maldição dos recursos naturais e das formas de superá-la. Entre os autores que não a interpretam como uma condição imutável, é possível perceber a forte influência dos processos em cadeia para superação do paradoxo da abundância.

O principal expoente da ideia da promoção do desenvolvimento econômico por meio de encadeamentos é Albert Hirschman. Na já citada obra “Estratégia para o Desenvolvimento Econômico” (1958), Hirschman desenvolve o cerne de sua teoria voltada principalmente para as regiões subdesenvolvidas do planeta. Crítico da tese do desenvolvimento equilibrado, o autor defende que é a partir de tensões e desequilíbrios que um país ou região alcança o desenvolvimento. Assim, o autor se opõe à ideia de um “caminho único”, argumentando que as estratégias de desenvolvimento devem ser pensadas de acordo com o contexto de cada localidade. Nesse sentido, nos países subdesenvolvidos, as fórmulas importadas dos países centrais podem não ser o melhor caminho. Para ele, o desenvolvimento é visto como um percurso suscetível a percalços e obstáculos, dos quais os agentes são capazes de extrair aprendizados e incentivos para continuar com o processo de desenvolvimento. Por isso, o autor defende a ideia de crescimento desequilibrado (Bianchi, 2007).

Segundo Bianchi (2007), para Hirschman, os efeitos em cadeia são a espinha dorsal do processo de desenvolvimento, tanto devido às relações de interdependência quanto pela capacidade de transbordamento de determinadas atividades econômicas. Dessa forma, nos países subdesenvolvidos, o desenvolvimento precisa ser induzido pelo Estado, através de investimentos em setores chaves da economia com alta capacidade de encadeamentos, principalmente os para trás, de forma a aumentar a demanda por insumos na indústria chave.

No contexto das indústrias primárias, Hirschman defende que cada produto leva a um tipo de desenvolvimento, devido às peculiaridades da cadeia produtiva. Assim, além dos encadeamentos de produção, para frente e para trás, o autor também cita outros dois efeitos de repercussão possíveis nas indústrias primárias: de consumo e fiscal. O primeiro diz respeito a criação de indústrias substitutivas de importação a partir das receitas advindas do produto primário de exportação, muito comum durante o processo de industrialização por substituição de importações da América Latina. Esse tipo de efeito, contudo, pode apresentar resultados negativos na sociedade uma vez que é capaz de extinguir atividades artesanais e manuais,

tanto pela realocação da mão de obra para o setor exportador quanto pela competição com os novos produtos importados (Hirschman, 2008).

Já os efeitos de repercussão fiscal são derivados da capacidade do estado de taxar atividades consideradas enclaves econômicos, tipicamente petrolíferas e mineradoras controladas por estrangeiros. Frequentemente associado a ausência de efeitos de produção e de consumo, o efeito de repercussão fiscal depende da coexistência de duas habilidades importantes: a capacidade do Estado de taxar os enclaves econômicos e de investir de forma produtiva a partir de um ideal desenvolvimentista. Caso o estado seja capaz de taxar mas não de investir de forma produtiva, os proveitos originados da taxação podem refletir em acumulação de divisas, aumento da burocracia estatal entre outros problemas. Por outro lado, caso exista a habilidade de se investir de forma produtiva sem que a habilidade de taxar esteja formada, pode ocorrer o aumento da inflação decorrente da ampliação do crédito e/ou do déficit público para financiar os investimentos (Hirschman, 2008).

Dentre os três tipos de efeitos de repercussão, os encadeamentos para frente e para trás são os mais prováveis de impulsionar o desenvolvimento (Morris, Kaplinsky e Kaplan, 2012). Entretanto, Hirschman pontua que esses efeitos podem ser mais difíceis de serem alcançados em atividades primárias. Essa situação é explicada devido ao “grau de estranheza” existente nas demais etapas da cadeia de produção primária. Em outras palavras, o estabelecimento de elos em cadeia prospectivos e retrospectivos associados a uma indústria central de caráter primário exige grandes saltos tecnológicos, muitas vezes incompatíveis com o nível atual de desenvolvimento tecnológico do país. Assim, essas etapas são, com frequência, realizadas no exterior, onde a tecnologia empregada é altamente protegida por mecanismos tarifários. Portanto, esse tipo de estratégia de desenvolvimento é mais provável de obter sucesso em atividades manufatureiras.

Em 1963, Melville H. Watkins publicou o artigo de nome “*A staple theory of economic growth*”, no qual o autor desenvolve sua teoria de formação de capital a partir da exportação de bens primários, chamada de *Staple Theory*. O autor analisa que em países recém descobertos o setor que lidera e dita o ritmo do crescimento econômico é o setor exportador. Nos moldes da teoria de Hirschman, o autor argumenta que à medida que a renda do setor primário aumenta, o gasto dessa renda pode gerar encadeamentos para frente, para trás e de demanda final. As duas primeiras são condizentes com a teoria hirschiana, já a última diz respeito ao investimentos em indústrias domésticas de bens de consumo. De forma análoga a Hirschman, Watkins admite a dificuldade das atividades primárias em desenvolver os encadeamentos para trás, devido às elevadas barreiras à entrada na produção de bens de

capital, por exemplo. Ademais, o crescimento também é influenciado pelo tamanho do mercado interno, pelo nível de renda e de sua distribuição, bem como pela tecnologia e influências governamentais.

Além dos fatores do lado da demanda, do lado da oferta, Watkins também enfatiza a importância do empreendedorismo privado e governamental em se perceber e explorar as oportunidades advindas da expansão do setor primário. Essa capacidade depende das instituições e valores da sociedade, que por sua vez possuem origem na forma de colonização do país, e da disponibilidade de mão de obra e de capital na região.

Importante destacar, que o autor pontua sobre a capacidade da teoria dos produtos primários em promover crescimento econômico de longo prazo. No contexto de uma economia primária, o processo de crescimento econômico está intimamente ligado à capacidade de realocar recursos para outros setores da economia. Dessa forma, a existência de armadilhas como a “mentalidade de exportação” e a “*staple trap*” podem comprometer o desenvolvimento. A primeira tem relação com a concentração de recursos no setor exportador e com a relutância de desenvolver o mercado interno. Já a segunda, diz respeito à capacidade de redirecionar os recursos para novos mercados. Para isso, é necessário que o país possua instituições e valores condizentes com esse propósito, o que requer uma especialização primária que tenha evitado comportamentos rentistas e escravocratas, comuns no caso das “*plantations*”.

Compartilhando do mesmo interesse de Hirschman em compreender como “uma coisa leva a outra” no processo de desenvolvimento econômico, Andersen et al (2015) argumentam que uma atividade primária é sim capaz de promover efeitos em cadeia de produção. Para explicar como se dá esse processo, os autores ampliam o conceito de encadeamento e passam a englobar as trocas de informação e conhecimento entre agentes, garantindo qualidade aos tipos de elo. Assim, é a partir de trocas realizadas no contexto interindustrial que indústrias receptoras - de produtos primários- e indústrias capacitoras - tecnológicas - interagem e formam elos produtivos. Ou seja, é a demanda das indústrias primárias por bens complexos e tecnológicos que direciona e impulsiona a inovação nos setores capacitantes da economia e, dessa forma, permite uma mudança estrutural.

Para os autores, o desenvolvimento intensivo em recursos naturais é possível desde que exista um arranjo institucional que permita a construção de conhecimento. Logo, é defendida a criação de sistemas locais de inovação e competências em torno e além das indústrias extractivas, de modo que possíveis lacunas de conhecimento sejam superadas e a qualidade dos encadeamentos seja aprimorada para a resolução de problemas cada vez mais

complexos. Por fim, os autores alertam que essa estratégia não deve basear todo o desenvolvimento de um país, e ressaltam o caráter complementar que os setores primário, secundário e terciário exercem um sobre os outros e sobre as atividades de aprendizado, inovação e construção de capacidades.

Diante do exposto, percebe-se que o desenvolvimento baseado em encadeamentos produtivos, dado o contexto dos países e regiões periféricas, é o mais apropriado para superar a maldição dos recursos naturais. Mais precisamente, o incentivo nos encadeamentos para trás, tanto no que diz respeito aos insumos físicos quanto humanos, é o que apresenta maior efetividade para impulsionar o desenvolvimento.

A construção deste capítulo baseou-se nas análises de várias correntes teóricas para diversos tipos de economias, que debruçaram suas análise sobre alternativas e estratégias de indução para mais desenvolvimento econômico de países e regiões marcadas pela exploração intensiva de recursos naturais abundantes. Essa suposta vocação para o extrativismo, no entanto, não surgiu ao acaso, mas é fruto de intensas metamorfoses pelas quais passou o sistema capitalista desde a Primeira Revolução Industrial no século XVIII. A partir dessas mudanças, emergem a Teoria das Vantagens Comparativas, a Divisão Internacional do Trabalho e a distinção entre países exportadores de manufaturas e países exportadores de produtos primários e/ou com baixo valor agregado.

A percepção de que a exploração de produtos primários seria incapaz de levar os países latino americanos ao progresso técnico levou economistas e estudiosos, a exemplo dos Cepalinos, a se debruçar analiticamente sobre os entraves desse tipo de produção e potenciais estratégias de desenvolvimento mais favoráveis à esta região. Posteriormente, outras teorias que buscavam explicar o atraso das economias primárias em relação aos países industrializados começaram a aprimorar-se, como é o caso da Maldição dos Recursos Naturais.

Atualmente, boa parte dos estudos sobre o desenvolvimento de países extrativistas baseia-se em questões institucionais e políticas, enfatizando que a existência de grandes reservas de recursos, por si só, não implicam em baixas taxas de crescimento econômico. Na verdade, é a falta de um ambiente institucional propício ao progresso técnico e a construção de conhecimento que levam nações e regiões a enfrentarem a maldição dos recursos naturais.

Nesse sentido, o próximo capítulo abordará de maneira mais específica a relação do estado de Minas Gerais e, em especial, dos municípios de Ouro Preto, Mariana e Itabirito, com a indústria extrativa. A região, conhecida pelas grandes reservas minerais, tem uma economia historicamente marcada pelo extrativismo. Os três municípios, em particular Ouro

Preto, possuem ligação íntima com as várias fases da mineração no estado, desde o Ciclo do Ouro no século XVIII até o *boom* das *commodities* do início do século XXI. Atualmente, os recentes eventos envolvendo barragens de rejeitos de minério no estado e a iminência da exaustão de importantes minas, colocam em perspectiva a importância da diversificação produtiva e de se encontrar novas fontes de renda para a região.

CAPÍTULO 2: A MINERAÇÃO EM MINAS GERAIS

Nesse segundo capítulo será feita uma contextualização da mineração em Minas Gerais, a partir de suas raízes históricas e de seus desdobramentos presentes e futuros. Para isso, o capítulo foi dividido em duas seções. A primeira apresenta as raízes da mineração no estado, desde a descoberta do ouro na região da Serra da Mantiqueira no século XVII até o superciclo das commodities no início do século XXI. Já a segunda, trata dos aspectos socioeconômicos da Microrregião de Ouro Preto, enfatizando as consequências atuais da relação secular do território com o setor extrativo mineral.

2.1. Raízes da mineração em Minas Gerais

A história da mineração em Minas Gerais se confunde com a própria história da mineração no Brasil. O declínio da produção açucareira no nordeste da colônia, levou a coroa portuguesa a intensificar a procura por ouro nas regiões mais distantes do litoral. Dessa maneira, com o apoio técnico da metrópole, bandeirantes paulistas fizeram os primeiros achados auríferos ainda no final do século XVII, na região das minas próximo a Serra da Mantiqueira. Dava-se início, assim, ao Ciclo do Ouro, compreendido durante um século de auge e declínio da mineração aurífera em Minas Gerais (Furtado, 1959).

As características do ouro e da própria economia mineradora iniciada na colônia foram temas de estudo para diversos autores, especialmente Furtado (1959), em seu clássico livro: *Formação Econômica do Brasil*. Segundo este autor, a economia mineira do século XVII permitiu que indivíduos sem posses engajassem na extração aurífera, algo impossível na atividade açucareira. Logo, a descoberta dos metais preciosos provocou uma rápida e intensa corrente migratória, originada tanto de outras regiões da colônia quanto de Portugal. Além disso, a distância do litoral permitiu que se desenvolvesse uma complexa estrutura de transporte e abastecimento, responsável por irradiar os efeitos da nova atividade para outras regiões do Brasil, como o Sul e o Nordeste. Pode-se afirmar que a descoberta do ouro foi responsável por desenvolver e interligar diferentes regiões da colônia, que antes viviam de forma isolada e com baixas taxas de rentabilidade econômica (Furtado, 1959).

Cabe destacar que a economia mineradora do século XVIII se diferenciava da produção de açúcar em diversas maneiras. A atividade desenvolvida em Minas Gerais não necessitava de grandes aportes de capital devido a forma de extração do ouro, encontrado no leito dos rios. O rápido esgotamento dos pontos de extração fazia com que os mineradores se deslocassem pela região em busca de novos pontos a serem explorados. Dessa maneira,

criou-se um mercado de dimensões relativamente maiores e com um alto contingente de trabalhadores livres, reunidos, em sua maioria, em núcleos urbanos e semi-urbanos, propiciando uma distribuição de renda menos concentrada em comparação ao Nordeste. Somada à distância do litoral e aos consequentes valores elevados de frete dos produtos importados, a região possuía elementos favoráveis para o crescimento apoiado no mercado interno e nas manufaturas (Furtado, 1959).

Apesar das características propícias, a região nunca chegou a desenvolver uma forte rede de manufaturas ou qualquer outra atividade independente da mineração. Segundo Furtado (1959) a principal razão por trás da falta de desenvolvimento endógeno na região é a lacuna de conhecimento técnico dos imigrantes europeus e o próprio desmonte da manufatura portuguesa promovido pelo Tratado de Methuen. Nesse sentido, diante da falta de alternativas econômicas para a região, o declínio da produção aurífera ao final do século XVIII levou a região a contínua descapitalização. Parte da população que não migrou para a região cafeicultora da Zona da Mata Mineira, envolveu-se com a economia de subsistência (Silva, 1995).

Durante os quase dois séculos que se seguiram à decadência aurífera, pouco se fez em relação à mineralogia no país. Os avanços na área da mineração e a busca por novas alternativas econômicas ao ouro, foram suprimidas pela ascensão do café como o principal produto de exportação no país em meados do século XIX (Furtado, 1959). Assim, os esforços na área se restringiram a criação do Real Gabinete de Mineralogia do Rio de Janeiro, em 1810, incorporado ao Museu Nacional em 1918; a criação da Escola de Minas de Ouro Preto em 1876, além de outros pequenos empreendimentos espalhados pelo território (Carvalho, 2010). Esse cenário, contudo, passou por grandes transformações com a descoberta de enormes jazidas de minério de ferro na cidade de Itabira - MG, localizada na Região do Quadrilátero Ferrífero (Mello, 2000).

Apesar de descobertas na primeira década do século XX, apenas nos anos de 1940 as minas de Itabira começaram a ser exploradas. Foi devido a dificuldade de suprimento das potências Aliadas na Segunda Guerra Mundial que a Companhia Vale do Rio Doce foi criada em 1942, no âmbito dos Acordos de Washington³. Dava-se início, assim, a uma trajetória de sucesso da companhia rumo ao mercado internacional, o que levaria o Brasil a se tornar um dos principais ofertantes de minério de ferro no mundo.

³ O acordo de Washington foi um conjunto de acordos feitos entre o Brasil e os governos britânico e norte-americano durante a Segunda Guerra Mundial. O objetivo era explorar e exportar 1,5 milhão de toneladas de minério de ferro por ano a esses dois países pelo período de três anos. Além da CVRD, o acordo também foi responsável por criar a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 1941 (Mello, 2000).

Desde sua criação como empresa estatal até sua privatização em 1997, a Companhia Vale do Rio Doce passou por diversas expansões das suas atividades. Na década de 1970, a empresa implementou o Projeto Guanhães em Itamarandiba/MG, o Projeto Porteirinha na região do Rio Pardo e o Projeto Piçarrão em Nova Era/MG. Além desses, a empresa adquiriu controle acionário da empresa que explorava a mina do Caraça em Santa Bárbara/ MG e as Minas d'El Rey Dom Pedro em Mariana/MG, também obteve os direitos minerários sobre as jazidas de São Luís, Tamanduá e Almas em Fazendão/MG. Em 1977, deu início ao Projeto Timbopeba em Ouro Preto para tratamento do minério de Mina de Capanema. Outro marco importante para a mineração no país, foi a inauguração do Projeto Ferro Carajás no Pará, em 1985, marcando a importância da empresa no mercado internacional (Mello, 2000; Silva, 2018).

Durante a segunda metade do século XX, outras empresas surgiram no cenário da siderurgia e da mineração do país. Na década de 1960, a expansão da siderurgia nacional com o início das operações da Usiminas e da Ferro Aço de Vitória, redirecionaram o escoamento do minério de ferro para o consumo doméstico (Mello, 2000). Nos anos de 1970, surgiu a Samarco Mineração, empresa de capital fechado criada a partir da união das empresas Marcona Corporation e S/A Mineração Trindade - SAMITRI-. Em 2000, a Samarco passou a ser controlada pela CVRD e pela gigante australiana BHP-Billiton (Samarco, s.d.).

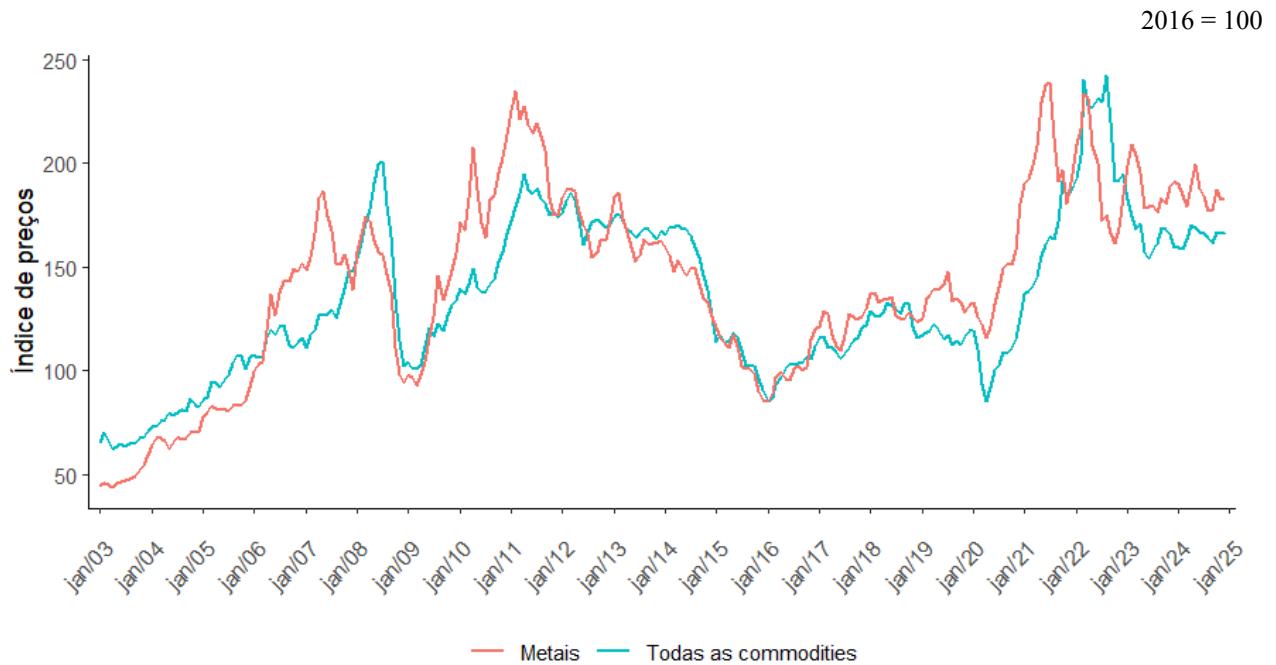
O início do século XXI representou um momento de inflexão na trajetória da mineração em Minas Gerais. A entrada da China na Organização Mundial do Comércio - OMC- em 2001, somada à intensificação do crescimento do país desde a abertura comercial dos anos 1990, marcaram um período de aumento da demanda por produtos primários e a consequente elevação do preço das commodities⁴ (Wanderley, 2017) .

A valorização do preço das *commodities* (que pode ser observada no gráfico I), em especial, do minério de ferro, contribuiu para direcionar investimentos locais e nacionais voltados para as cadeiras de bens primários. A análise do Gráfico 1, permite perceber que a partir de 2002 o índice de preços apresenta comportamento ascendente para o mercado analisado, o que pode ser atribuído ao aumento da demanda pelos países asiáticos, em especial, a China, às vantagens competitivas das cadeias brasileiras potencializada pela expansão de vários investimentos por parte das mineradoras, como também por períodos de

⁴ O termo “commodities” é comumente utilizado para se referir ao conjunto de produtos primários usados como insumos para outras atividades produtivas. Essas mercadorias são caracterizadas pela homogeneidade ou baixa diferenciação, permitindo que sua comercialização seja feita a partir de um mercado global unificado. Logo, como os preços dos produtos são dados pelo mercado, a rentabilidade dos países produtores depende do volume explorado e destinado à exportação (Leite e Rodrigues, 2024).

desvalorização cambial (Silva *et al*, 2021) Diante de um contexto de alta procura por produtos primários, regiões com forte tradição mineral se depararam com um momento único de expansão de suas economias. A alta rentabilidade da exploração promovida pelo ‘superciclo das *commodities*’ representou a ampliação dos investimentos em novos projetos mineradores e a reincorporação de antigas áreas de exploração antes consideradas inviáveis (Wanderley, 2017). O estado de Minas Gerais, principal exportador de minério de ferro no país, foi um grande beneficiado dessa nova conjuntura, principalmente em função da ampliação dos investimentos da Vale S/A. Os Gráficos 2 e 3, mostram, respectivamente, a evolução do quantum de exportação do estado e os investimentos da Vale S/A em relação à dívida bruta durante o período.

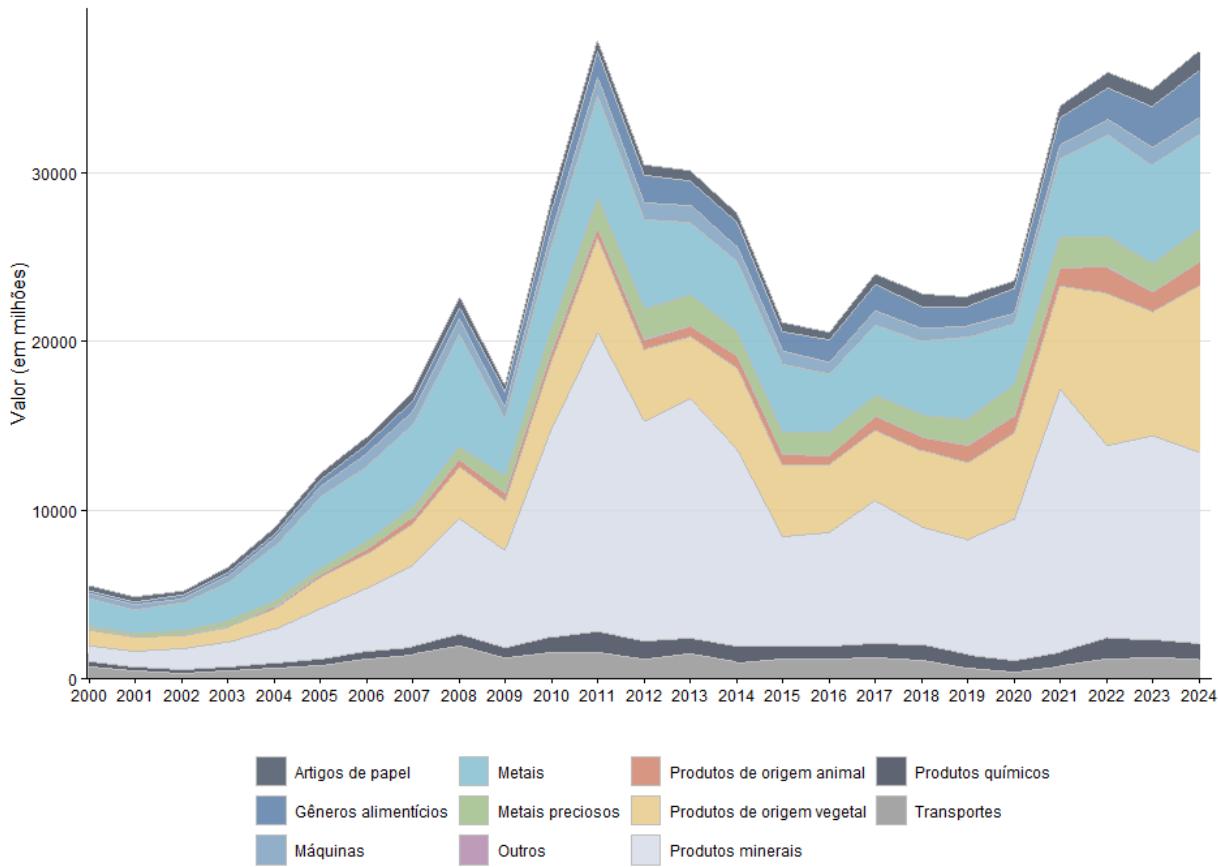
Gráfico 1 - Índice de preço de todos os grupos de *commodities* em especial para as minerais, 2003 - 2024.



Fonte: FMI (Preço das commodities primárias)

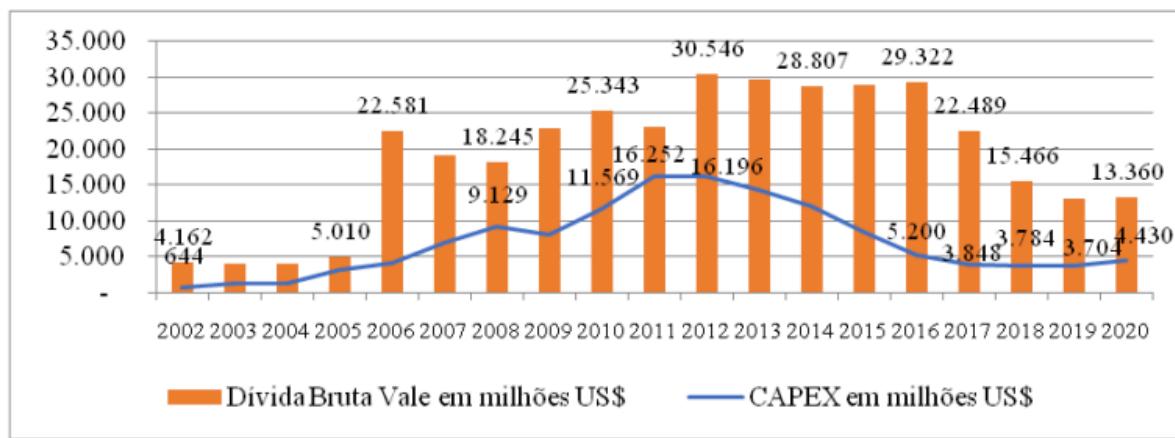
Importante destacar o comportamento do mercado de *commodities* durante a crise financeira internacional de 2008. A manutenção do volume de compras da China e as políticas de recuperação adotadas pelo país permitiram que o preço internacional dos produtos primários se mantivessem elevados. Ou seja, apesar da visível queda em 2009, o índice de preços permaneceu em um patamar superior ao do início da década e retornou a crescer ainda em 2010, atingindo um pico em 2011. Essa manutenção permitiu que o mercado permanecesse aquecido e que os efeitos da crise naquele momento fossem sentidos de forma mais branda entre os países fornecedores de commodities (Helbling, 2012).

Gráfico 2 - Evolução das exportações de Minas Gerais, 2000 a 2024



Fonte: DataViva, 2025.

Gráfico 3 - Evolução da dívida bruta e do Capex da Vale S.A., em milhões de US\$ - 2002 a 2020.



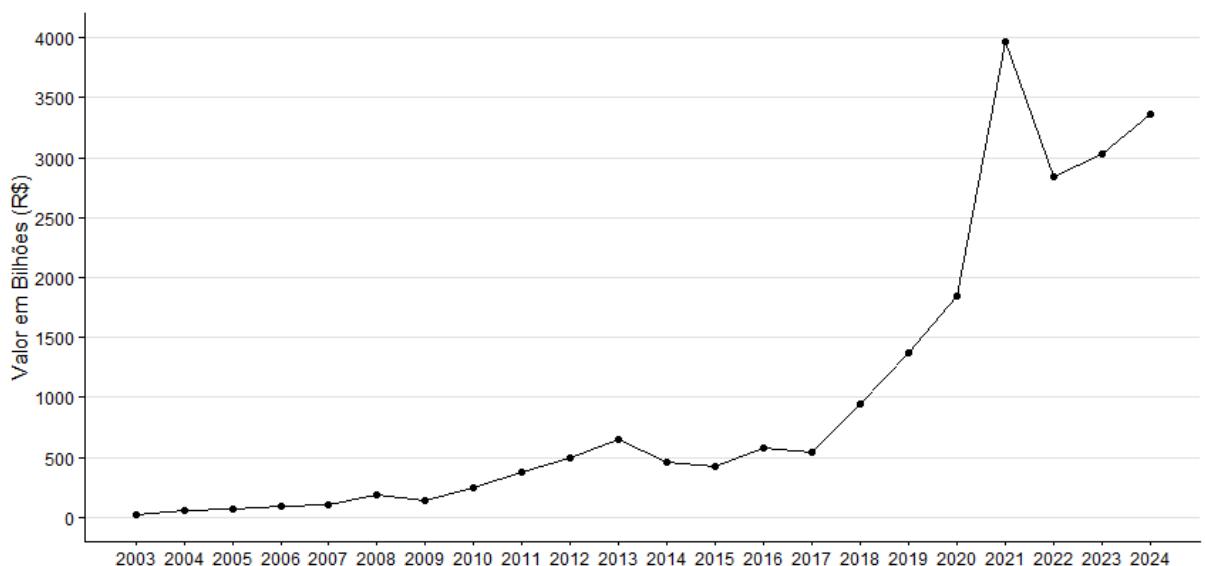
Fonte: Borges e Trindade, 2022.

Se quisermos mensurar o nível de exploração atingido no estado de Minas Gerais, podemos utilizar como proxy o valor arrecadado a partir da Compensação Financeira pela

Exploração Mineral - CFEM - durante o período. Originada pela Constituição Federal Brasileira de 1988, a CFEM atua como uma contrapartida financeira paga pelas empresas mineradoras à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios mineradores. O valor a ser repassado é calculado a partir da receita bruta adquirida pela comercialização das mercadorias, de modo que quanto maior o volume comercializado maior será a arrecadação (Agência Nacional de Mineração, 2021). O Gráfico 4 apresenta a quantia arrecadada no estado entre 2003 e 2024.

Gráfico 4 - Evolução da arrecadação da CFEM no estado de Minas Gerais, 2003 - 2024

Valores deflacionados pelo IPCA/2024



Fonte: Agência Nacional de Mineração | Elaboração própria.

Apenas em 2012, os preços das *commodities* começaram a cair de forma sustentada, tanto devido ao alastramento das consequências da Crise de 2008, quanto pela inversão da fonte de desenvolvimento chinês de uma economia movida pelo investimento para uma economia de consumo. Do lado da oferta, o declínio dos preços foi sentido por meio da queda do valor de mercado das empresas mineradoras e da diminuição da arrecadação da CFEM. Além disso, a redução da rentabilidade da exploração levou a redução ou cancelamento de investimentos previstos e ao aumento do endividamento das empresas, culminando na falência de pequenas e médias firmas e na demissão de seus funcionários (Helbling, 2012; Wanderley, 2017).

As grandes mineradoras, por sua vez, modificaram as estratégias adotadas de modo a manter a alta lucratividade de seus empreendimentos e os repasses de dividendos aos acionistas. Devido às características intrínsecas das mercadorias de origem primária, os preços praticados no mercado internacional são definidos a partir de cotações na bolsa de valores,

isto é, as empresas ofertantes não são capazes de influenciar o preço final da mercadoria. No contexto de queda dos preços das commodities, as grandes empresas partiram para uma estratégia de economia de escala, na qual intensificaram sua atuação em projetos já consolidados, aumentaram a exploração da força de trabalho e reduziram custos fixos de produção (Wanderley, 2017).

Nesse sentido, é importante salientar o impacto do processo de financeirização⁵ no preço praticado no mercado internacional de produtos primários. Principalmente durante o primeiro superciclo das commodities, os preços, em especial do minério de ferro, apresentaram um aumento muito superior à elevação da oferta e da demanda pelo produto. Essa situação sugere que o *boom* das *commodities* não estava exclusivamente relacionado aos mecanismos básicos de determinação de preços, havendo uma forte influência da especulação financeira sobre o mercado (Milanez, Mansur e Wanderley, 2019).

Essa influência torna-se ainda mais evidente a partir de 2012, com a queda da rentabilidade das *commodities*. Como já debatido anteriormente, as grandes empresas mineradoras voltaram suas estratégias para garantir a manutenção do valor pago aos acionistas, priorizando investimentos de curto prazo com retornos mais rápidos e ações performáticas para atrair investidores. Essa mudança, contudo, possui um impacto negativo nas regiões onde esses empreendimentos estão localizados, uma vez que há a redução dos investimentos produtivos de longo prazo, essenciais para a formação de encadeamentos para o desenvolvimento regional. Essa conformação contribui para a criação de enclaves econômicos nessas regiões.

Entre 2013 e 2016, o mercado de commodities apresentou uma queda acentuada, chegando ao menor valor da série em 2016. Após esse período, os preços voltaram a subir de forma modesta, sem grandes picos como observado na primeira metade da década. Somente em 2020, o mercado começou a demonstrar crescimentos expressivos, chegando em 2021 e em 2022, a valores semelhantes aos do início do século. Influenciado principalmente pelos preços do minério de ferro e do cobre, esse resultado é efeito do aumento da demanda por minerais em um momento de grande redução da oferta (Banco Mundial, 2020).

As restrições sanitárias impostas em virtude do aumento dos casos de Covid-19 é a principal explicação para a redução da oferta de commodities minerais. Em 2020, enquanto a China aumentava a demanda por commodities em razão da retomada econômica do país,

⁵ A financeirização pode ser entendida como o aumento da relevância do capital financeiro sobre as estruturas produtivas e as instituições governamentais, tanto em esfera nacional quanto internacional (Epstein, 2002; Borges e Trindade, 2022).

países como Brasil e Chile, enfrentavam interrupções na produção de minério de ferro e cobre, respectivamente. No Brasil, em especial, as restrições a Vale S/A. decorrentes do desastre de Brumadinho/MG representavam um obstáculo adicional ao aumento da produção (Banco Mundial, 2020).

2.2 Aspectos socioeconômicos da mineração na microrregião de Ouro Preto

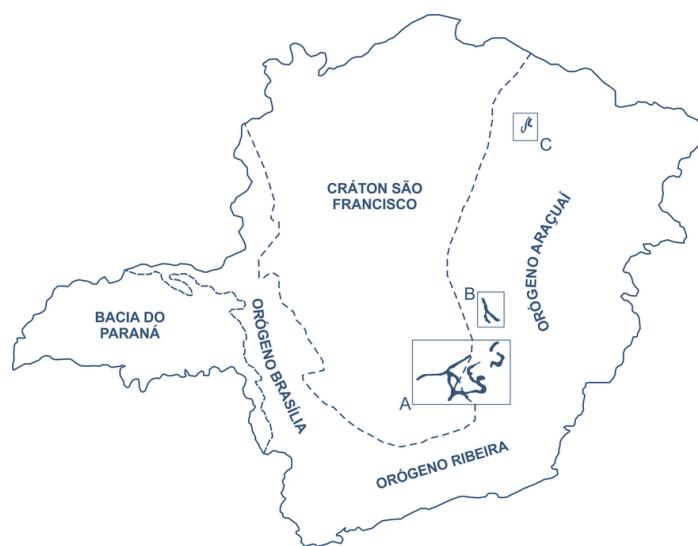
Após a contextualização dos desdobramentos históricos da mineração no estado de Minas Gerais, nesta seção será apresentada uma visão geral da atividade mineradora na Microrregião de Ouro Preto. Inserida dentro dos limites da mesorregião metropolitana de Belo Horizonte, essa microrregião é composta por quatro municípios: Mariana, Itabirito, Ouro Preto e Diogo de Vasconcelos. Contudo, apenas os três primeiros serão utilizados na análise proposta neste trabalho. Essa decisão baseia-se na diferença significativa entre o número de habitantes de Diogo de Vasconcelos em comparação aos demais municípios⁶.

A microrregião de Ouro Preto está localizada dentro dos limites do Quadrilátero Ferrífero, uma estrutura geológica de formato semelhante ao um quadrado que ocupa uma área de aproximadamente 7000 km² entre Ouro Preto e Belo Horizonte (Roeser e Roeser, 2010). A região possui uma vasta e conhecida tradição mineral originada da descoberta do ouro em Ouro Preto e Sabará no século XVII. Após um prolongado período de estagnação com o declínio da produção aurífera, a região só retornou a relevância econômica a partir da década de 1950 com intensificação da exploração do minério de ferro (Alkmim, 2018). Atualmente, estão instaladas nas cidades algumas das principais empresas mineradoras do país, como a Vale S/A, a Samarco Mineração, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Gerdau S.A. e a Ferro + Mineração (Ifram, 2025).

A Imagem 1 apresenta o mapa da localização do Quadrilátero Ferrífero em relação às demais áreas mineradoras no estado.

⁶ Segundo dados do IBGE, a população estimada em 2024 para os municípios de Ouro Preto, Mariana e Itabirito era, respectivamente, 77.601, 64.058 e 55.877 habitantes, enquanto em Diogo Vasconcelos estimava-se uma população de 3.596 pessoas.

Imagen 1 - Mapa esquemático com a localização das principais províncias portadoras de minério de ferro em Minas Gerais.



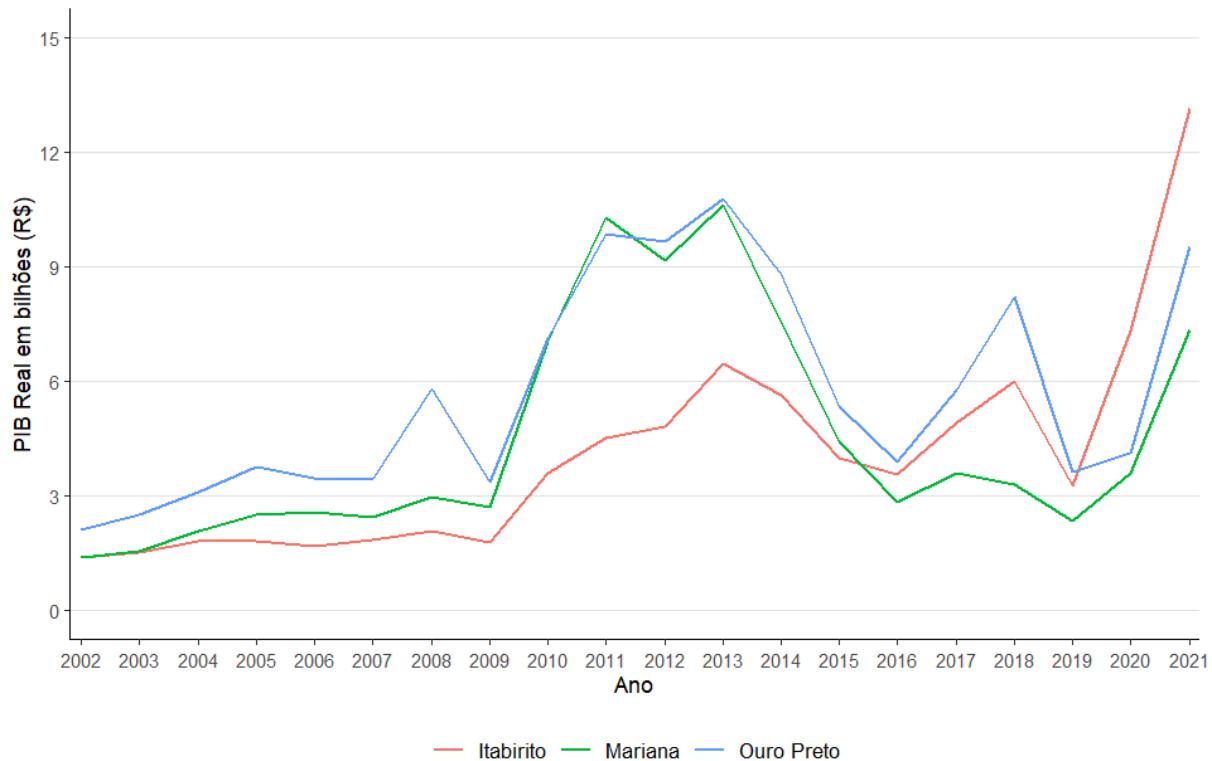
Fonte: Recursos Minerais de Minas Gerais - RMMG.

Nota: A) Quadrilátero Ferrífero; B) Conceição do Mato Dentro e C) Nova Aurora.

Assim como qualquer atividade econômica, a mineração possui características próprias que influenciam tanto a sociedade que a rodeia quanto o território onde é realizada. Em uma primeira análise, destacamos o caráter internacionalista da atividade. Desde sua origem no século XX até os dias de hoje, a mineração em Minas Gerais tem como propósito o abastecimento do mercado internacional, ou seja, é um setor cuja produção destina-se majoritariamente à exportação (Mello, 2000). Devido a essa característica, as decisões de produção da economia são tomadas a partir dos interesses externos, norteados pelo mercado internacional e pela lucratividade das empresas, fazendo com que a produção local seja diretamente influenciada pelo comportamento do mercado externo (Costa et al., 2020). Na microrregião de Ouro Preto, essa tendência pode ser observada a partir na análise do PIB da microrregião, apresentado no Gráfico 4.

Gráfico 4 - Evolução do PIB Real dos três municípios analisados.

Valores deflacionados pelo IPCA/2024

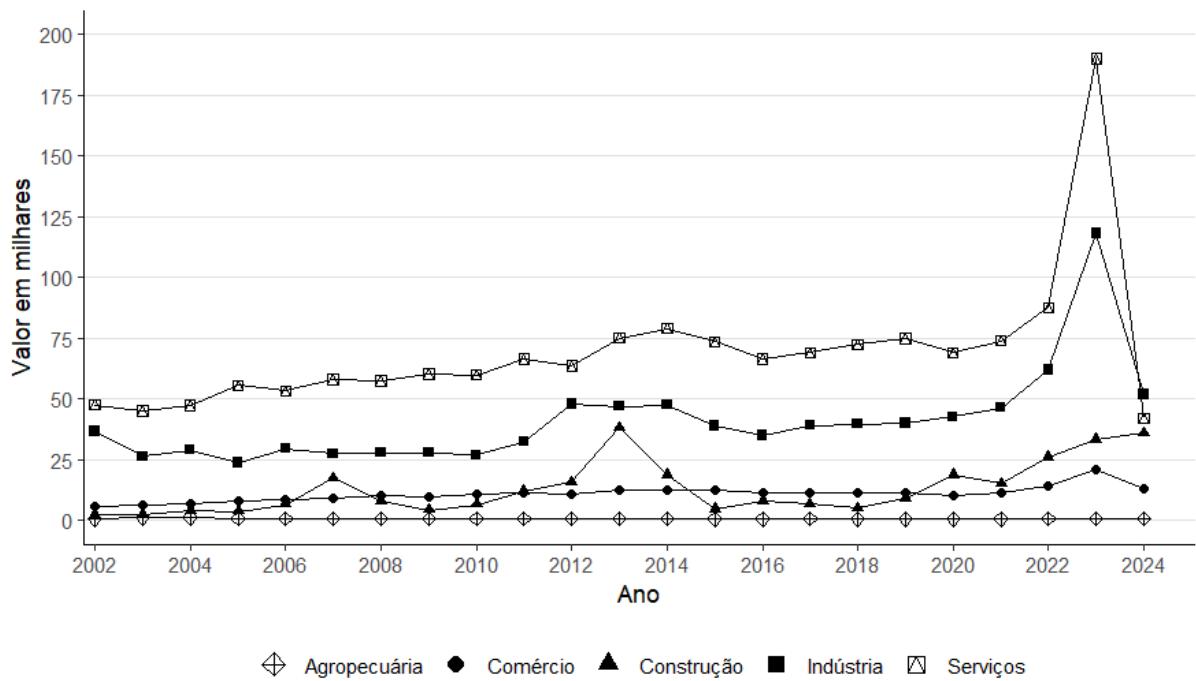


Fonte: IBGE | Elaboração própria.

A análise do gráfico acima permite observar a trajetória da evolução do PIB real das três cidades entre 2002 e 2021. Percebe-se que os valores alcançados pelo produto interno dos municípios seguem um comportamento bastante similar aos preços das commodities minerais no mercado internacional (Gráfico 1). Durante a crise financeira internacional, o produto interno dos municípios caiu, mas retornou a crescer já no ano seguinte. Os valores elevados permaneceram até 2013, quando do fim do primeiro superciclo de commodities. A partir de 2019 e durante os dois primeiros anos da pandemia da Covid - 19, o PIB municipal voltou a crescer, contemporaneamente a elevação dos índices internacionais de preços desencadeada pela redução da oferta de minerais.

Uma particularidade das indústrias exportadoras em países subdesenvolvidos é a discrepância de produtividade entre esse e os demais setores da economia (Singer, 1950). Devido a essa disparidade, o setor exportador tende a concentrar salários mais elevados quando comparados aos demais setores da economia e a oferecer vagas de emprego que requerem maior qualificação profissional (Furtado, 1974). No contexto da mineração, essa particularidade também pode ser observada. O Gráfico 5 apresenta a massa salarial dos setores econômicos da microrregião.

Gráfico 5 - Massa salarial dos cinco principais setores econômicos da Microrregião de Ouro Preto, de 2002 a 2024.

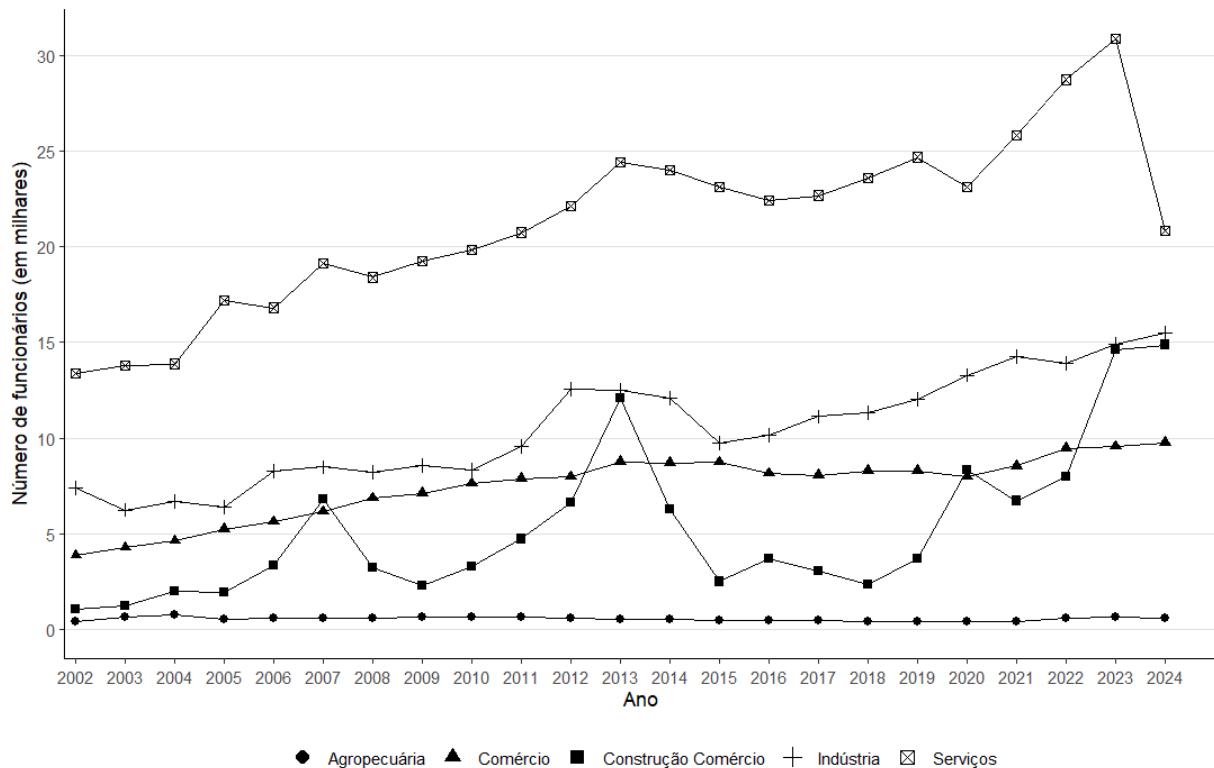


Fonte: Rais/MTE | Elaboração própria.

Percebe-se que a massa salarial da indústria, setor no qual está inserida a mineração, apresenta salários mais elevados que três dos cinco setores analisados. Ainda, destaca-se que ao final do período, a renda dos trabalhadores da indústria apresentou um pico, juntamente com o setor de serviços e chegou a ultrapassá-lo em 2024. Essa característica pode representar uma dificuldade na implementação de empresas de outros segmentos, uma vez que os altos salários e benefícios oferecidos pelas mineradoras tendem a atrair uma maior oferta de mão de obra. Situação semelhante ocorreu em Itabira/MG entre as décadas de 1960 e 1970, quando empresas de outros ramos econômicos não conseguiam competir pela mão de obra qualificada que era atraída pelos elevados salários oferecidos pela Vale do Rio Doce (Guimarães e Milanez, 2017).

Essa relação de salários pode ser explicada pela composição da função de produção da mineração. Por se tratar de uma atividade mais intensiva em capital do que em trabalho, o número de empregos gerados de forma direta é reduzido. Segundo Coelho (2017) a maior parte dos empregos gerados pela atividade são por meio de empresas terceirizadas e se concentram principalmente nas etapas de construção e instalação de novos projetos. Essas vagas são por muitas vezes temporárias e requerem baixa qualificação profissional. Ao observarmos os dados referentes ao emprego nos setores econômicos da Microrregião de Ouro Preto, conseguimos verificar essa tendência (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Evolução do emprego formal por setor econômico, 2002 - 2024.



Fonte: Rais/MTE | Elaboração própria.

Apesar da importância dos empregos gerados pelos setores extrativo mineral e pela indústria de transformação, é a construção civil a maior empregadora na região, atrás apenas do setor de serviços. Ao contrário da mineração, a construção civil é altamente intensiva em mão-de-obra e emprega trabalhadores com pouca qualificação formal (Teixeira e Carvalho, 2005). A demanda desse setor vem apresentando um comportamento ascendente nos últimos anos, muito provavelmente devido às obras de reassentamento de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo e ao processo de descomissionamento de barragens em situação de risco na região. Essa situação corrobora com a capacidade de encadeamento para trás na mineração, através da criação indireta de postos de trabalho.

Um último ponto a se destacar diz respeito à relação entre a arrecadação municipal e a atividade mineradora. Ao elencar os impactos socioeconômicos positivos da mineração, Coelho (2017) enfatiza o crescimento do valor arrecadado pelo município devido à exploração mineral. Contudo, o aumento da importância da renda mineral para os cofres públicos pode traduzir-se no surgimento de uma relação de minério-dependência. Segundo Costa et al (2020, p. 21), essa relação pode ser definida como “a dependência econômica de dado território em relação à atividade minerária, na medida em que esta representa um peso muito grande na economia, seja na demanda por emprego, na balança comercial, na

arrecadação fiscal etc.” Coelho (2017) ainda ressalta que a dependência está relacionada à falta de autonomia da região em definir os rumos de sua economia, uma vez que a especialização da estrutura produtiva condiciona as decisões econômicas aos centros externos. Mais do que isso, a influência da minero-dependência ultrapassa os limites econômicos e é capaz de impactar as relações sociais, as instituições públicas, a construção do espaço no território minerador, além das relações intermunicipais (Costa et al., 2020).

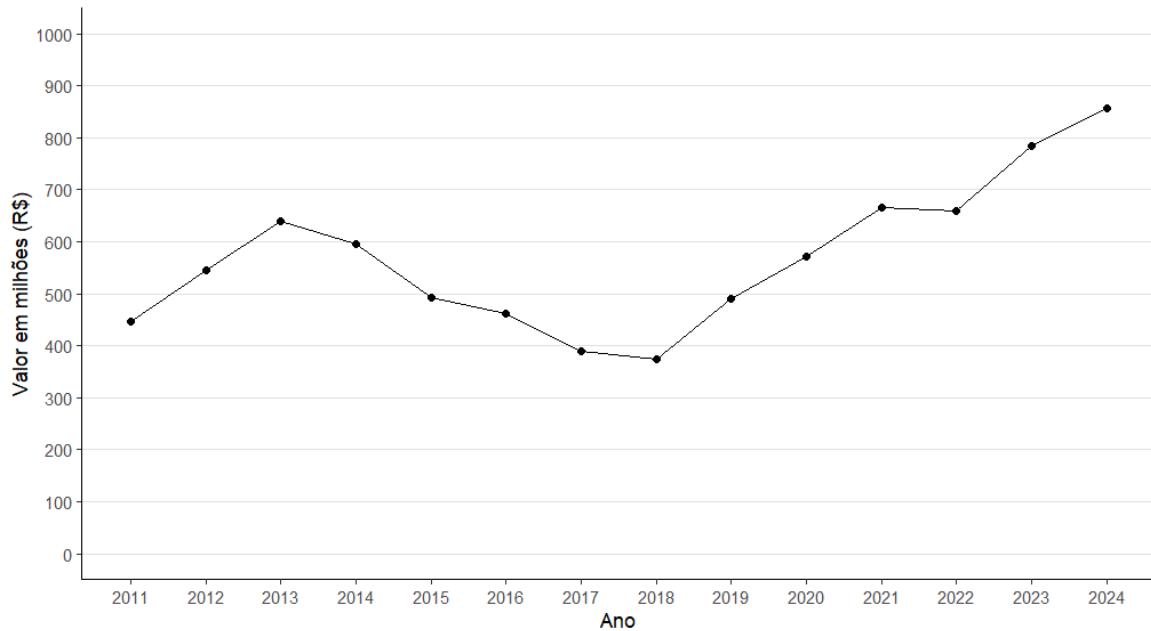
A forte tradição mineral em Mariana, Ouro Preto e Itabirito exerceu, e ainda exerce, grande influência sobre as relações socioeconômicas nos três municípios. A forma de produção mineral moldou a estrutura do mercado de trabalho, representada pela demanda de trabalhadores das mineradoras; da formação profissional, considerando a necessidade de mão de obra especializada; da arrecadação municipal, através dos elevados montantes recolhidos pela CFEM e destinados aos municípios; e o próprio meio ambiente e geologia das cidades, como no caso de Ouro Preto.

Essa situação, contudo, representa para essas cidades uma importante fragilidade para sua economia. A dependência mineral presente na microrregião faz com que oscilações de mercado e choques na cadeia produtiva afetem de forma substancial a arrecadação e o emprego nessas cidades. Essa situação pode ser observada de forma mais clara em 2015, com o rompimento da barragem de Fundão em Mariana.

Na ocasião, em 2015, uma barragem contendo rejeitos de minério sob responsabilidade da mineradora Samarco, controlada pela Vale S/A e pela BHP Billiton, despejou cerca de 44,5 milhões de m³ de seu conteúdo sobre o distrito de Bento Rodrigues, em Mariana. A lama atingiu a bacia do rio Gualaxo do Norte, afluente do Rio Doce, por onde percorreu 645 km até desaguar no mar no Espírito Santo, provocando pelo caminho a morte de toneladas de peixes e a destruição de centenas de hectares de solo e Mata Atlântica. O rompimento provocou a morte de 19 pessoas e estima-se que cerca de 2,2 milhões de pessoas foram atingidas em pelo menos 45 municípios de Minas Gerais e Espírito Santo (Fundação Getúlio Vargas, s.d.).

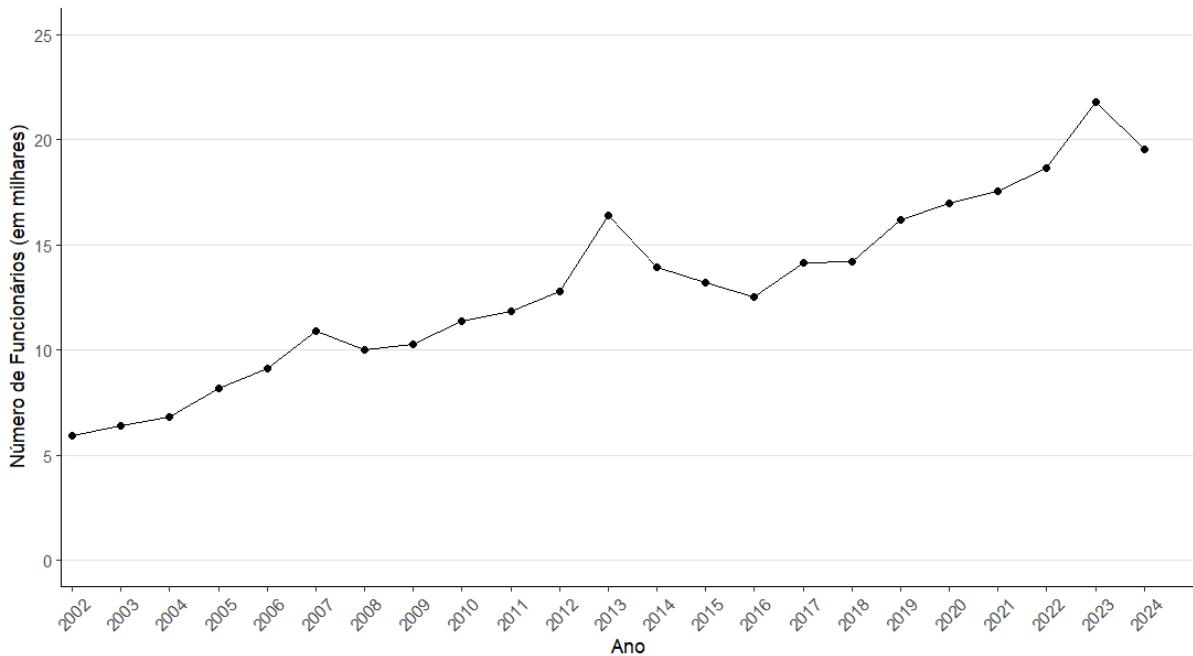
Depois do rompimento, as atividades da mineradora Samarco foram interrompidas e as consequências econômicas do crime reverberaram no PIB de ambos os estados afetados. Segundo dados do Projeto Rio Doce da Fundação Getúlio Vargas, em valores de 2020, a perda do produto dos dois estados foi estimada entre R\$225 bilhões e R\$267 bilhões, respectivamente. A cidade de Mariana, epicentro do rompimento, sofreu com a queda da arrecadação municipal e a redução do número de empregos formais no município (Gráfico 7 e 8).

Gráfico 7 - Evolução das receitas arrecadadas pelo município de Mariana, 2011 - 2024.
Valores deflacionados pelo IPCA/2024



Fonte: Portal da Transparência do Município de Mariana | Elaboração Própria,

Gráfico 8 - Evolução do número de empregados em Mariana, 2002 - 2024



Fonte: Rais/MTE | Elaboração própria.

Para fins de reparação dos danos causados, foi assinado, em 2016, um Termo de Transação de Ajustamento de Conduta (TTAC), pela Samarco, seus acionistas (Vale e BHP Billiton), o governo federal e os governos dos estados atingidos, além de outras entidades. Nele, foi estabelecida a criação da Fundação Renova, responsável pela construção dos

reassentamentos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, além da implementação de todas as outras medidas de reparação (Samarco, s.d.). Em 2019, a Samarco obteve a Licença de Operação Corretiva (LOC), para a retomada das atividades do Complexo de Germano em Mariana. Para a liberação das licenças ambientais, a empresa se comprometeu a adotar novas formas de empilhamento a seco de rejeitos, além da adequação aos novos regimentos para a indústria mineradora brasileira (Samarco, 2019). Mais recentemente, em 2024, um novo e definitivo acordo de repactuação foi assinado substituindo o primeiro, prevendo a finalização dos reassentamentos iniciados em 2016, indenizações individuais aos atingidos, a continuidade da recuperação ambiental das áreas atingidas ao longo da Bacia do Rio Doce, bem como o repasse de 100 bilhões de reais da Samarco para os governos federal, estadual e municipal (Samarco, 2024).

Quatro anos após o rompimento em Mariana, em 2019, a barragem da mina Córrego do Feijó, sob responsabilidade da mineradora Vale S/A, acionista da Samarco, se rompeu em Brumadinho/MG despejando cerca de 12 milhões de m³ de rejeito sobre o território. O rompimento atingiu o rio Paraopeba, destruiu 138 hectares de floresta nativa, além de atingir 26 municípios mineiros. A lama vitimou 272 pessoas entre moradores e funcionários da empresa (Greenpeace, 2019; Governo do Estado de Minas Gerais, 2024). A partir de 2020, diante de dois grandes rompimentos em menos de 5 anos, a construção de barragens pelo método a montante foi proibida no Brasil e as estruturas já existentes precisaram passar pelo processo de descomissionamento e descaracterização⁷ (Brasil, 2020).

Tais situações evidenciam não somente a dependência da região em relação à atividade, como também a fragilidade das economias a choques exógenos de produção. Somado a isso, o caráter finito dos recursos e a iminência de esgotamento das principais reservas da região, colocam ênfase adicional na necessidade de diversificação econômica. Segundo informações do Relatório Anual da Vale, a vida útil mais longa do Complexo Mariana⁸, que engloba as jazidas de Mariana e Ouro Preto, é prevista para 2054. Diante desse cenário, a redução da dependência mineral e a busca por outros meios de arrecadação faz da diversificação produtiva uma necessidade para a região.

A concessão da Licença de Operação Corretiva em 2019 para retomada das atividades da Samarco, suspensas após o rompimento em 2015, previu, além de outras medidas, a implementação de um Plano de Apoio à Diversificação Econômica (PADE) para as cidades de Ouro Preto e Mariana. Diante desse imperativo de diversificação econômica e das

⁷ Lei N° 14.066, de 30 de setembro de 2020.

⁸ O Complexo Mariana inclui as minas de Alegria, Fábrica Nova e Fazendão e o projeto Capanema (Vale, 2025).

consequências vivenciadas pelas cidades da especialização produtiva, foram desenvolvidos projetos no intuito de reduzir a dependência da região das atividades mineradoras.

Todos os três municípios possuem secretárias de governo dedicadas ao desenvolvimento econômico⁹. Elas preveem o apoio ao emprego, a renda, ao setor produtivo e ao desenvolvimento sustentável dos municípios. Quanto à diversificação da matriz econômica, a prefeitura de Ouro Preto instituiu, em 2023, o PADE como uma política pública do município. O plano utilizou de uma matriz SWOT para identificar os pontos fortes e fracos da economia municipal, bem como oportunidades e ameaças externas que podem impactar o processo de diversificação. Assim, foram identificados quatro eixos potenciais: agricultura, empreendedorismo, tecnologia e informação, turismo e aproveitamento de rejeitos. Diante desse diagnóstico, a prefeitura, então, vem incentivando a implementação hubs de inovação na cidade, investiu em políticas de fomento ao turismo e a economia criativa, construiu parcerias com o SEBRAE para intensificar o empreendedorismo na cidade, a promoção de arranjos produtivos locais (APLs), além de fornecer projetos de capacitação de mão de obra local e a integração de ações entre os municípios de Ouro Preto e Mariana (Diretoria de Estudos Econômicos, 2024).

O município de Mariana, por meio da Secretaria de Diversificação Econômica, Tecnologia e Inovação, lançou em 2025, o programa “Impulso Mariana”, promovendo rodas de conversa com lideranças locais, comerciantes e empreendedores, a fim de debater medidas de estímulo ao crescimento econômico da cidade (Jornal Ponto Final, 2025). Ainda, o programa “Avança Mariana”, também implementado em 2025, visa criar condições para o ecossistema de inovação da cidade. Ao longo de 36 meses, o programa pretende fortalecer a economia local e torná-la mais resiliente, promovendo a diversificação e o desenvolvimento econômico do município (Agência Primaz, 2025). Em junho de 2025, a prefeitura municipal anunciou a criação do Distrito Empresarial da cidade, com investimento previsto de R\$7 milhões de reais. O projeto busca atrair empresas de setores distintos da mineração, além de contar a construção de uma escola modelo do SENAI (Jornal O Liberal, 2025).

Destaca-se que a assinatura do Novo Acordo Rio Doce, referente ao desastre de Mariana, pode representar o início de uma nova fase de desenvolvimento econômico para a cidade. O acordo, que substitui aquele assinado em 2016, foi responsável por encerrar as atividades da Fundação Renova e retirar das empresas a responsabilidade de coordenar

⁹ Secretaria Municipal de Diversificação Econômica, Tecnologia e Inovação (Mariana), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Tecnologia (Ouro Preto) e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (Itabirito).

políticas de reparação, transferindo-a ao poder público, nas esferas federal, estadual e municipal, a gestão e execução das ações ambientais e socioeconômicas. Segundo informações oficiais do governo federal, está previsto, dentro outras ações, a implantação de programas de recuperação econômica, com foco no fomento produtivo das cadeias agropecuárias e florestais e de educação, ciência, tecnologia e informação. Um fundo popular destinado a projetos da sociedade civil e movimentos sociais também será implementado (Governo Federal, 2025).

Itabirito, por sua vez, apesar de não ter apresentado nenhum plano de governo focado na diversificação produtiva como as outras duas cidades, também possui iniciativas que visam reduzir a dependência da mineração. É possível citar o Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico de Itabirito - FUNDI -, responsável por fornecer crédito a micro e pequenas empresas do município, de modo a fortalecer os negócios locais, e o Centro Público de Educação Profissional José Toledo Filho - CETEP -, projeto em parceria com o SINE de Itabirito que fornece cursos de capacitação profissional aos jovens do município de acordo com demandas das empresas locais (Prefeitura de Itabirito, s.d.).

Cabe, portanto, compreender se essas ações estão efetivamente promovendo a diversificação produtiva e o fortalecimento da economia da microrregião. Como demonstrado, a economia dos três municípios está historicamente ligada à mineração, de forma a criar uma relação de minério-dependência entre o setor e a estrutura econômica e social do território. Como enfatizado por Hirschman (1967), o desenvolvimento econômico pode ocorrer a partir de uma indústria motriz, geradora de elos em cadeia, como a mineração. Contudo, é preciso tanto o fomento governamental à atividades correlatas, como encadeamentos para frente e para trás, quanto a capacidade de investir produtivamente a renda originada na mineração.

CAPÍTULO 3: ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para alcançar os objetivos propostos neste trabalho, foi utilizado o método Shift-Share acompanhado do cálculo do Quociente Locacional (QL). Dessa forma, será possível analisar a estrutura econômica da regional de forma desagregada por setor, identificando os principais fatores que explicam o crescimento de cada um dos três municípios de estudo. Amplamente empregados em análises regionais (Carvalho, 1979; Silva et al., 2019; Belisário e Viana, 2021; Ribeiro et al., 2022), ambos os métodos permitem uma análise comparativa entre duas regiões, fornecendo um panorama abrangente sobre as dinâmicas produtivas locais.

A seguir, será feita uma explanação a respeito dos métodos adotados.

3.1. Análise *Shift Share*

O principal método a ser utilizado neste trabalho baseia-se no modelo Shift Share de decomposição setorial. Essa metodologia utiliza-se de dados de emprego formal para analisar a evolução da economia de uma região a partir da comparação com o ritmo de crescimento de uma região maior, usada como referência. Em outras palavras, essa análise permite identificar quais fatores são responsáveis por impulsionar a economia local por meio da diferença entre crescimento real, observado na localidade de interesse, com o crescimento teórico, o que seria observado na região caso ela evoluísse a mesma taxa da região de referência. Assim, objetiva-se encontrar a variação entre o crescimento teórico e o real (Haddad, 1989).

Essa variação pode ser dividida em outras duas: a variação estrutural e a variação diferencial. A primeira dimensão diz respeito à composição setorial da economia local, refletindo o grau de especialização produtiva da região e o nível de concentração da economia em setores dinâmicos ou não dinâmicos. A variação diferencial, por sua vez, representa o dinamismo de cada setor dentro da região, partindo do princípio de que existem diferenças na taxa de crescimento entre eles. Assim, uma região pode apresentar vantagens locacionais em relação a uma atividade, favorecendo o crescimento econômico (Simões, 2005).

O modelo inicia-se em uma Matriz de Informações, na qual estão contidas informações de emprego de mão de obra para os i setores analisados das j regiões de interesse. Por se tratar de uma análise estática, é necessário estabelecer no mínimo duas matrizes, uma para o ano-base e outra para o ano considerado (Haddad, 1989). A imagem 2 apresenta um exemplo de Matriz de Informações.

Imagen 2 - Exemplo de Matriz de Informações

Regiões	R₁	R₂	...	R_j	...	R_n	Total Setorial
Setores							
S₁	E ₁₁	E ₁₂	...	E _{1j}	...	E _{1n}	$\sum_j E_{1j}$
S₂	E ₂₁	E ₂₂	...	E _{2j}	...	E _{2n}	$\sum_j E_{2j}$
...
S₁	E _{i1}	E _{i2}	...	E _{ij}	...	E _{in}	$\sum_j E_{ij}$
...
S_m	E _{m1}	E _{m2}	...	E _{mj}	...	E _{mn}	$\sum_j E_{mj}$
Total Regional	$\sum_i E_{i1}$	$\sum_i E_{i2}$...	$\sum_i E_{ij}$...	$\sum_i E_{in}$	$\sum_i \sum_j E_{ij}$

Fonte: adaptado de Porsse e Vale (2020).

onde

E_{ij} = Emprego no setor i na região j;

$E_j = \sum_i E_{ij}$ = Emprego total na região j;

$E_i = \sum_j E_{ij}$ = Emprego total no setor i;

$E.. = \sum_i \sum_j E_{ij}$ = Emprego total.

Matematicamente, a variação total do setor i na região j entre o período base e o período de análise pode ser escrita como:

$$\Delta E_{ij} = E_{ij}^1 - E_{ij}^0 \quad (1)$$

ou ainda, em termos de variação regional:

$$\Delta E_j = \sum_i E_{ij}^1 - \sum_i E_{ij}^0 \quad (2)$$

Por fim, de maneira geral, podemos representar a variação do emprego regional a partir de três componentes: a variação regional (R), a variação proporcional ou estrutural (P) e a variação diferencial (D):

$$\Delta E_j = R + P + D \quad (3)$$

A variação regional representa o crescimento teórico da região, ou seja, o acréscimo de emprego que seria observado na região de estudo se ela evoluísse a mesma taxa da região de referência, no nosso caso, a mesma taxa nacional. Essa variação pode ser calculada como:

$$R = \sum_i E_{ij}^0 (r_{tt} - 1) \quad (4)$$

onde r_{tt} é a taxa nacional de variação do emprego, dado por:

$$r_{tt} = \frac{\sum_i \sum_j E_{ij}^1}{\sum_i \sum_j E_{ij}^0} = \frac{E_{..}^1}{E_{..}^0}$$

Na equação (4), o termo a esquerda representa a taxa de crescimento do emprego regional no setor i no período base multiplicada pela variação do emprego total no país.

Já a variação proporcional representa o componente estrutural do modelo. Ele analisa a proporção do crescimento regional que ocorreu devido ao Mix Industrial da região, ou ainda, das diferenças na composição da economia local em relação à economia nacional. Para calculá-lo, basta multiplicar o emprego regional no setor i no período base pela diferença entre a variação do emprego setorial no país pela variação do emprego nacional total. Numericamente, pode-se escrever como:

$$P = \sum_i E_{ij}^0 (r_{it} - r_{tt}) \quad (5)$$

onde r_{it} é a taxa de crescimento do emprego nacional no setor i , calculada a partir de:

$$r_{it} = \frac{\sum_j E_{ij}^1}{\sum_j E_{ij}^0} = \frac{E_{i..}^1}{E_{i..}^0}$$

Por fim, a variação diferencial mede a parcela do crescimento regional originada da especialização produtiva em determinados setores. Neste trabalho, buscou-se enfatizar o papel da indústria extractiva e de outros setores capazes de impulsionar o desenvolvimento local. Sua formulação matemática é:

$$D = \sum_i E_{ij}^0 (r_{ij} - r_{it}) \quad (6)$$

onde r_{ij} é a taxa de crescimento do emprego do setor i na região j , calculado por:

$$r_{ij} = \frac{E_{ij}^1}{E_{ij}^0}$$

Reescrevendo a equação (3), podemos representar a variação do emprego regional como:

$$\sum_i E_{ij}^1 - \sum_i E_{ij}^0 = \sum_i E_{ij}^0(r_{tt} - 1) + \sum_i E_{ij}^0(r_{it} - r_{tt}) + \sum_i E_{ij}^0(r_{ij} - r_{it}) \quad (7)$$

Por fim, rearranjando, ficamos com:

$$(\sum_i E_{ij}^1 - \sum_i E_{ij}^0) - \sum_i E_{ij}^0(r_{tt} - 1) = \sum_i E_{ij}^0(r_{it} - r_{tt}) + \sum_i E_{ij}^0(r_{ij} - r_{it}) \quad (8)$$

Na equação acima, o termo à esquerda representa a diferença entre o crescimento real e o crescimento teórico da região, enquanto os termos a direita denotam, respectivamente, os componentes estrutural e diferencial da evolução do emprego regional. Um valor positivo para a equação (8) indica que o setor i na região j cresceu acima da média nacional devido a fatores dinâmicos que compõem a região. Um valor negativo, sugere o contrário.

Cabe destacar que a análise *Shift-Share* apresenta algumas limitações, como apontado por Haddad (1989). Por se tratar de um modelo de estática-comparativa, a análise não permite inferir relações de causa e efeito, apresentando apenas tendências regionais. Além disso, a análise a partir do emprego não considera distorções de produtividade entre os setores, muito menos as diferentes técnicas produtivas adotadas. De qualquer maneira, o método ainda representa uma ferramenta poderosa para a análise regional, bem como para o planejamento e acompanhamento de políticas locais de desenvolvimento econômico.

3.2. Quociente Locacional (QL)

A fim de complementar a análise acerca da estrutura produtiva local, foi calculado o Quociente Locacional (QL) para cada um dos municípios. O QL é utilizado para medir o grau de concentração de uma atividade em uma determinada área vis-a-vis sua concentração em uma área maior de referência (Haddad, 1989). Em outras palavras, esse indicador nos fornecerá o grau de especialização produtiva dos municípios da microrregião em relação à economia nacional. Ele pode ser obtido através da seguinte formulação:

$$\frac{S_i/N_i}{S/N} = \frac{S_i/S}{N_i/N} \quad (9)$$

Onde:

S_i = Emprego na atividade i da região de estudo;

S = Emprego total na região de estudo;

N_i = Emprego na atividade i da região de referência;

N = Emprego total na região de referência.

A partir dos resultados obtidos é possível identificar o grau de especialização produtiva da região em uma determinada atividade. Valores maiores que um sugerem que a região analisada possui um grau de concentração maior na atividade i do que a região de referência, apontando para uma maior especialização produtiva. Um quociente menor que um indica uma menor concentração do setor na localidade de estudo em comparação a área de referência.

A combinação dos dois métodos, diferencial - estrutural e quociente locacional, permite uma análise mais detalhada do crescimento econômico regional. Enquanto o primeiro método nos apresenta como os setores econômicos evoluíram com o passar dos anos e quais apresentam maior competitividade relativa, o segundo nos diz quais os segmentos foram mais importantes para essa evolução.

3.3. Base de dados

Para a análise *Shift Share* e para o cálculo do quociente locacional foram utilizados dados de emprego formal para o Brasil e para as cidades de Ouro Preto, Mariana e Itabirito extraídos da plataforma RAIS do Ministério do Trabalho e Emprego. Para o cálculo *Shift Share*, foi analisado o período entre 2006 e 2024, englobando desde o Boom das Commodities até os dados mais recentes, sendo adotado o ano de 2006 como base. Já para o Quociente Locacional, calculou-se o índice ano a ano, de 2006 a 2024. Até a conclusão desta pesquisa, os dados finais de emprego no ano-base de 2024 dos setores público e privado ainda não haviam sido disponibilizados pelo Ministério da Trabalho e Emprego. Assim, os valores referentes a 2024 correspondem ao resultado parcial da RAIS, apenas com os dados relativos ao setor privado. Por esse motivo, a administração pública não será considerada na análise diferencial-estrutural.

Os setores escolhidos correspondem às 21 seções do Cadastro Nacional de Atividades Econômicas 2.0 - CNAE 2.0 -. A saber: Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e

Aquicultura; Indústrias Extrativas; Indústrias de Transformação; Eletricidade e Gás; Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação; Construção; Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas; Transporte, Armazenagem e Correio; Alojamento e Alimentação; Informação e Comunicação; Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados; Atividades Imobiliárias; Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas; Atividades Administrativas e Serviços Complementares; Administração Pública, Defesa e Segurança Social; Educação; Saúde Humana e Serviços Sociais; Artes, Cultura, Esporte e Recreação; Outras Atividades de Serviços; Serviços Domésticos; Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais.

CAPÍTULO 4: RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo serão apresentados e discutidos os resultados obtidos a partir da estimação do Quociente Locacional e do *Shift Share* para cada um dos municípios analisados. As descrições das atividades envoltas em cada um dos setores utilizados foram obtidas através das Notas Explicativas da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - Versão 2.0 do IBGE. A Tabela 1 apresenta as letras e as descrições referentes a cada seção do Cnae.

O capítulo está organizado em 3 seções: Mariana, Ouro Preto e Itabirito. Cada uma delas expõe os resultados encontrados e as possíveis implicações desses valores para a economia dos municípios.

Tabela 1 - Seções do CNAE 2.0

Seção	Descrição
A	Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura
B	Indústrias extractivas
C	Indústrias de transformação
D	Eletricidade e gás
E	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação
F	Construção
G	Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas
H	Transporte, armazenagem e correio
I	Alojamento e alimentação
J	Informação e comunicação
K	Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados
L	Atividades imobiliárias
M	Atividades profissionais, científicas e técnicas
N	Atividades administrativas e serviços complementares
O	Administração pública, defesa e segurança social
P	Educação
Q	Saúde humana e serviços sociais
R	Artes, cultura, esporte e recreação
S	Outras atividades de serviços

T	Serviços domésticos
U	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais

Fonte: IBGE.

4.1 Mariana

O cálculo do Quociente Locacional fornece um panorama introdutório acerca da distribuição espacial da atividade econômica em uma região (Simões, 2005). Neste trabalho, o QL nos permite compreender como se deu a dinâmica de especialização produtiva municipal, desde meados do Boom das Commodities do início do século, passando pela Crise Financeira Internacional de 2008, o rompimento das barragem de Fundão em 2015, a pandemia do Corona Vírus entre 2020 e 2023 até os dados mais recentes. A Imagem 2 apresenta os valores do QL para o município de Mariana.

Imagen 2 - Quociente Locacional, Mariana.

Setor	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
A	0,48	0,49	0,55	0,55	0,55	0,55	0,48	0,41	0,50	0,33	0,28	0,30	0,23	0,55	0,41	0,57	0,22	0,19	0,15
B	23,72	23,80	23,93	25,80	21,19	21,96	19,76	18,65	23,09	25,34	17,57	44,68	39,11	33,01	28,85	26,09	21,89	21,26	21,59
C	0,10	0,11	0,13	0,07	0,09	0,13	0,14	0,12	0,12	0,15	0,14	0,14	0,12	0,13	0,12	0,13	0,12	0,14	0,12
D	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,31	0,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
E	0,43	0,63	0,06	1,27	1,04	1,21	0,90	1,14	1,43	1,26	1,15	1,34	1,22	1,11	1,02	1,03	0,96	1,29	0,04
F	4,39	3,59	1,51	1,08	1,50	1,29	1,95	3,37	1,78	1,69	2,74	2,16	1,02	2,16	4,05	2,93	4,26	4,33	4,64
G	0,95	0,87	1,05	1,12	1,07	1,08	1,02	0,87	1,03	1,07	1,04	0,93	1,04	0,85	0,81	0,79	0,78	0,74	0,68
H	1,53	1,92	3,29	2,16	2,33	2,81	2,55	2,19	2,26	1,85	1,82	1,39	1,60	1,79	1,88	1,74	1,51	1,54	1,34
I	1,42	1,08	1,55	1,11	1,18	1,22	1,16	0,96	1,13	1,18	1,07	0,93	0,95	0,92	0,99	1,26	1,23	1,11	0,95
J	0,40	0,30	0,57	0,28	0,30	0,32	0,31	0,22	0,30	0,29	0,34	0,20	0,16	0,21	0,19	0,15	0,13	0,06	0,08
K	0,34	0,34	0,36	0,37	0,44	0,44	0,40	0,32	0,39	0,38	0,40	0,36	0,38	0,34	0,26	0,31	0,26	0,24	0,21
L	0,06	0,05	0,05	0,14	0,31	0,55	0,38	0,26	0,35	0,62	0,88	0,39	0,37	0,30	0,38	0,44	0,35	0,46	0,27
M	0,38	0,27	0,65	0,75	0,29	0,59	0,83	0,69	0,70	0,63	1,03	0,78	3,22	3,82	2,78	3,20	2,74	2,37	2,82
N	0,29	0,31	0,41	0,43	0,59	0,37	0,41	0,42	0,13	0,14	0,23	0,24	0,14	0,23	0,35	0,46	0,39	0,46	0,47
O	1,05	1,28	0,92	1,20	1,20	1,10	0,99	0,98	1,15	1,20	1,18	1,08	1,09	0,94	0,77	1,02	1,00	1,07	0,00
P	0,77	0,71	1,15	1,09	1,03	1,03	1,12	0,94	0,98	1,05	1,10	1,00	0,88	0,83	0,70	0,59	0,54	0,47	0,71
Q	1,02	0,93	1,01	1,03	1,03	0,95	0,91	0,69	1,00	0,98	0,92	0,78	0,77	0,69	0,63	0,66	0,62	0,59	0,58
R	1,05	0,70	0,90	1,34	1,22	1,29	1,17	0,85	1,17	1,18	1,18	0,94	0,92	0,82	0,66	0,46	0,51	0,48	0,46
S	0,68	0,45	0,62	0,70	0,68	0,73	0,79	0,66	0,77	0,78	0,83	0,76	1,18	1,20	1,10	0,55	0,89	0,76	0,68
T	4,00	1,67	1,32	0,91	0,65	2,40	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,28	2,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
U	0,00	0,00	0,00	0,00	1,95	1,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Resultados da pesquisa.

Inicialmente, a análise concentra-se no alto grau de especialização da cidade na indústria extrativa. É possível perceber que, apesar da queda acentuada em 2016, após o rompimento de Fundão, e o posterior pico em 2017, a dinâmica de especialização na atividade permaneceu constante durante o período, sem alterações expressivas entre o valor inicial (23,72) e o valor final (21,59). Isso nos sugere a continuidade da concentração de mão de obra no setor e a permanência do extrativismo como principal atividade econômica no município, mesmo após o rompimento em 2015. Esses dados podem ser melhor visualizados no Gráfico 9.

Gráfico 9 - Dinâmica de especialização produtiva em Indústrias Extrativas no município de Mariana.



Fonte: Resultados da pesquisa.

Outro ponto de destaque são os valores acima da unidade para o setor de construção no decorrer de todo o período. Apesar de alguns picos nos anos de 2013, 2016 e 2017, foi a partir de 2020 que a especialização no setor começou a despontar de forma mais persistente. Vale lembrar que as obras do reassentamento de Bento Rodrigues, distrito de Mariana e epicentro do rompimento de Fundão, iniciadas em 2018 (MPMG, 2018), além e as obras de descaracterização e descomissionamento das barragens de Xingu e Campo Grande localizadas no município (Vale, 2023; Vale, 2025), podem ajudar a explicar o aumento da participação do setor na economia municipal.

O setor de transporte, armazenagem e correio, que engloba todas as atividades logísticas de deslocamento de bens e pessoas, também apresentou valores acima de um em todos os anos, sugerindo uma especialização setorial maior na cidade do que no país.

Por fim, ressalta-se o aumento da importância do setor de atividades profissionais, científicas e técnicas desde 2018. Os trabalhadores atuantes nesse setor são caracterizados pela necessidade de conhecimento especializado, requerendo em muitos casos um elevado nível de qualificação e treinamento. Esse resultado pode indicar uma possível diversificação

econômica em relação às atividades primárias, apontando para um caminho de redução da dependência municipal da indústria extrativa.

Partindo para a análise diferencial-estrutural, é possível comentar com maior minúcia alguns dos resultados obtidos pela estimação do quociente locacional. Nessa análise, decomponemos a variação total no emprego regional em três fatores distintos, baseando-nos nos valores observados no ano base, 2006. Os resultados para a cidade de Mariana estão apresentados na Tabela 2, abaixo.

Tabela 2 - Decomposição da Estrutura Produtiva do Município de Mariana, ano base de 2006

Setor Econômico	Regional	Proporcional	Diferencial	Mudança Total
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	55,94	-7,07	-110,88	-62
Indústrias extractivas	355,89	251,32	837,79	1445
Indústrias de transformação	52,78	-2,83	196,04	246
Eletricidade e gás	0,00	0,00	0,00	0,00
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	9,17	5,85	-38,01	-23
Construção	517,72	1213,96	2432,32	4164
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	492,12	548,58	459,30	1500
Transporte, armazenagem e correio	201,65	279,51	482,84	964
Alojamento e alimentação	132,12	278,08	78,80	489
Informação e comunicação	20,54	42,68	-87,23	-24
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	19,28	16,30	1,42	37
Atividades imobiliárias	0,32	1,58	20,11	22
Atividades profissionais, científicas e técnicas	17,38	89,19	1781,43	1888
Atividades administrativas e serviços complementares	68,90	179,14	750,96	999
Administração pública, defesa e segurança social	666,59	-2760,89	-14,70	-2109
Educação	81,55	51,55	196,90	330
Saúde humana e serviços sociais	112,20	333,13	-57,34	388
Artes, cultura, esporte e recreação	15,49	25,85	-26,33	15
Outras atividades de serviços	56,58	-19,58	137,00	174
Serviços domésticos	3,48	-13,41	-1,07	-11
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	2879,71	512,94	7039,35	10432,00

Fonte: Resultados da pesquisa.

Através da decomposição estrutural é possível perceber que a variação do emprego na indústria extractivista deveu-se, em sua maioria, por fatores locacionais do município. Embora o crescimento nacional e proporcional também tenham exercido influência, foram as especificidades locais que mais contribuíram para o resultado final. De forma análoga, o segmento de construção também obteve uma variação total explicada predominantemente por

questões locais, tendo sido o segmento que apresentou a maior mudança no nível de emprego. Esse resultado, além de evidenciar o elevado poder de geração direta de empregos do setor, também pode ser resultado de investimentos físicos oriundos de outras atividades econômicas, como a mineração. Como apontado por Coelho (2017), o setor minerador gera um grande número de postos de trabalho temporários durante o período de instalação de infraestrutura. Teixeira e Carvalho (2005), pontuam o potencial de criação de encadeamentos para trás do setor composto em sua maioria por empresas de pequeno e médio porte. Os autores ainda enfatizam a forte complementaridade entre as externalidades positivas do segmento e novos ciclos de investimento em infraestrutura.

As atividades administrativas e serviços complementares, compostas principalmente por serviços terceirizados e de apoio a empresa e organizações, também apresentou variação positiva e elevada, impulsionada por fatores locais. Nesse setor, estão inseridos serviços como locação de veículos sem condutor, máquinas e equipamentos, além de atividades de vigilância e recursos humanos. O crescimento desse segmento, portanto, está diretamente atrelado ao aumento de atividades demandantes, ou seja, setores que possuem fortes encadeamentos para trás.

O aumento da terceirização no mercado de trabalho é um fenômeno mundial (Antunes e Druck, 2015), que apresentou um momento de inflexão no Brasil a partir da promulgação da Lei da Terceirização¹⁰ em 2017, permitindo a contratação de terceiros para qualquer atividade empresarial. No setor minerador, o cenário não é diferente. De acordo com Maciel (2019), entre 2008 e 2017, o número de empregados terceirizados na mineradora Vale S/A. esteve quase sempre acima dos 55%. Segundo o último Relato Integrado da empresa, ao final de 2024, cerca de 64% da força de trabalho no Brasil era composta por trabalhadores de empresas contratadas¹¹.

Ainda, vale destacar o crescimento das atividades profissionais, científicas e técnicas. Em 2007, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) promoveu em todo o território nacional a ampliação das vagas em universidades públicas. Na ocasião, a Universidade Federal de Ouro Preto, presente no território, ampliou a oferta de cursos de graduação para a cidade de Mariana, construindo o Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA). Assim, a variação no número de trabalhadores especializados na cidade, pode estar intrinsecamente relacionada à ampliação do

¹⁰ Lei Nº 13.429/2017.

¹¹ Dentre os 156.264 empregados da empresa no Brasil, 55.663 são próprios da empresa, enquanto 100.601 são empregados de empresas terceirizadas.

acesso à universidade pública no município. Esse fato expõe a capacidade das universidades em diversificar a economia local a partir da construção de conhecimento, como apontado por Bagchi-Sen e Smith (2012) e Ville e Wicken (2012), bem como o impacto do REUNI na sociedade marianense.

4.2 Ouro Preto

Ao analisarmos a dinâmica de especialização produtiva no município de Ouro Preto, observamos uma forte concentração no setor extrativo mineral, além de valores superiores à unidade para o setor de alojamento e alimentação durante todo o período analisado. Outros segmentos também se destacam, como o setor de construção, que apresentou apenas três anos com valores inferiores a um, e os serviços domésticos, cujos resultados indicam doze anos de especialização produtiva superior à nacional. Tais setores configuraram elementos relevantes para a análise regional, sugerindo uma estrutura econômica mais complexa do que apenas a dependência da indústria extractiva.

Imagen 3 - Quociente Locacional, Ouro Preto

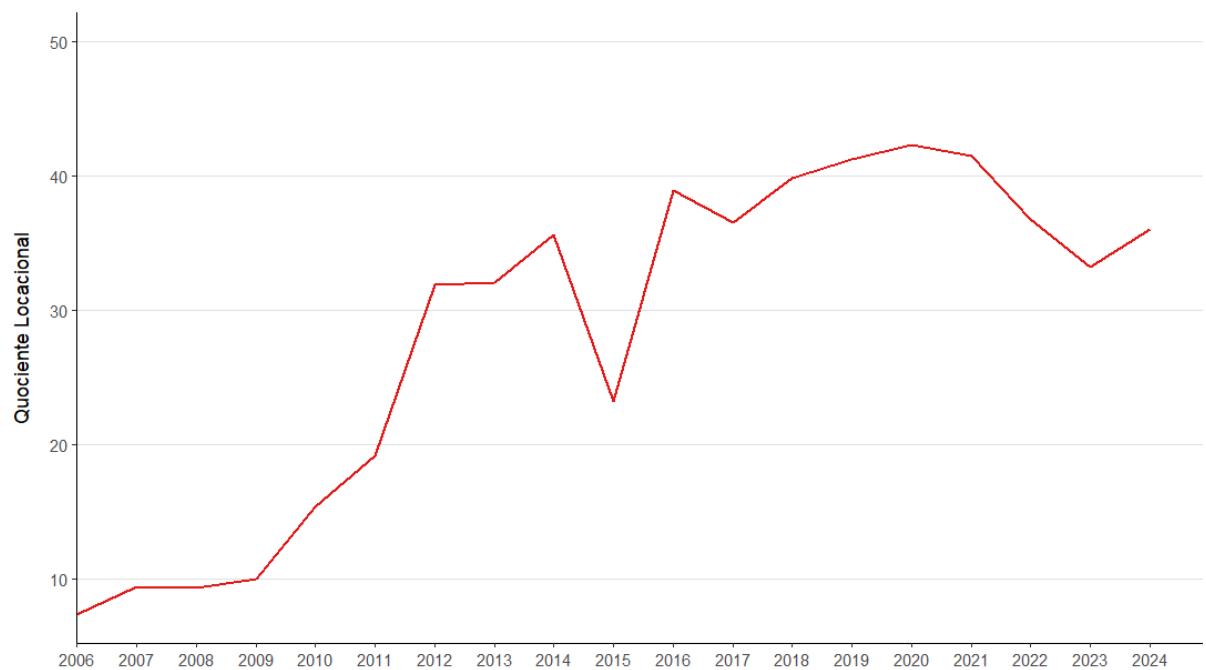
Setor	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
A	0,45	0,39	0,42	0,53	0,49	0,35	0,32	0,27	0,29	0,32	0,29	0,30	0,32	0,30	0,28	0,24	0,35	0,37	0,32
B	7,35	9,41	9,32	9,94	15,32	19,17	31,88	32,04	35,63	23,20	38,87	36,48	39,77	41,23	42,28	41,45	36,76	33,21	36,01
C	0,56	0,53	0,52	0,51	0,48	0,49	0,38	0,42	0,48	0,57	0,34	0,38	0,38	0,37	0,43	0,35	0,32	0,31	0,32
D	0,60	0,59	0,64	0,65	0,05	0,00	0,02	0,02	0,02	1,21	1,03	0,95	0,90	0,83	0,94	0,88	0,50	0,43	0,39
E	0,00	0,00	0,09	0,00	0,18	0,10	0,25	0,06	0,18	0,05	0,04	0,06	0,23	0,29	1,46	1,54	1,05	0,82	0,83
F	1,85	1,78	1,78	1,02	1,37	2,22	2,79	2,32	1,38	0,85	1,96	1,24	1,11	0,99	1,48	1,35	3,09	4,21	4,07
G	0,82	0,75	0,78	0,82	0,79	0,73	0,63	0,69	0,71	0,81	0,74	0,80	0,80	0,78	0,74	0,77	0,71	0,64	0,62
H	1,71	1,82	1,07	1,03	0,99	0,72	0,59	0,56	0,61	0,64	0,58	0,71	0,70	0,59	0,57	0,62	0,47	0,44	0,40
I	2,32	2,25	2,26	2,30	2,25	1,97	1,72	1,75	1,75	2,25	2,01	2,25	2,22	2,25	1,97	2,10	2,08	1,90	1,78
J	0,41	0,37	0,21	0,18	0,33	0,47	0,45	0,57	0,70	0,82	0,79	0,63	0,70	0,69	0,86	1,00	0,90	0,72	0,07
K	0,61	0,51	0,51	0,52	0,57	0,54	0,48	0,50	0,58	0,64	0,61	0,67	0,68	0,60	0,65	0,63	0,53	0,45	1,28
L	0,04	0,14	0,27	0,22	0,47	0,22	0,14	0,20	0,25	0,27	0,27	0,20	0,30	0,42	0,42	0,45	0,49	0,53	0,61
M	2,76	2,45	2,83	2,45	1,98	1,71	1,42	1,36	1,53	1,60	0,95	0,78	0,41	0,38	0,44	0,52	0,49	0,45	0,45
N	0,23	0,24	0,42	0,30	0,25	0,22	0,25	0,17	0,17	0,22	0,21	0,17	0,15	0,18	0,17	0,14	0,15	0,21	0,25
O	1,21	1,26	0,85	0,92	1,00	1,32	1,10	1,19	1,26	1,44	1,27	1,37	1,32	1,34	1,26	1,29	1,25	0,71	0,00
P	1,30	1,32	3,90	4,47	3,17	0,63	0,51	0,57	0,67	0,61	0,48	0,58	0,60	0,54	0,50	0,46	0,40	1,64	0,49
Q	0,73	0,62	0,67	0,77	0,96	0,77	0,69	0,83	0,86	0,89	0,78	0,83	1,05	1,17	1,07	1,03	0,90	0,83	0,95
R	0,71	2,07	1,13	0,55	0,88	0,93	0,78	0,67	0,88	0,79	0,75	0,87	0,71	0,70	0,48	1,11	0,77	0,67	0,70
S	1,22	1,33	1,31	1,45	1,35	1,39	1,18	1,07	1,13	1,05	1,06	1,04	1,05	0,96	0,95	0,86	0,79	0,71	0,73
T	3,68	2,89	3,11	2,77	4,70	2,93	0,91	0,94	0,47	2,44	2,66	1,59	2,11	2,67	2,83	0,00	0,00	0,00	0,00
U	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Resultados da pesquisa.

Diferentemente dos valores encontrados para o município de Mariana, o QL em Ouro Preto para o setor extractivo apontou para uma crescente especialização produtiva da economia municipal. Em 2006, era possível identificar uma economia já especializada na extração mineral, mas ainda distante do valor encontrado para o último ano da série, de 36,01. Destaca-se que em 2020, em meio a pandemia da Covid - 19, foi o momento com os valores

mais elevados do quociente locacional do setor. Abaixo, essas informações estão representadas graficamente.

Gráfico 10 - Dinâmica de especialização produtiva em Indústrias Extrativas no município de Ouro Preto.



Fonte: Resultados da pesquisa.

Nos demais setores, também foi possível observar períodos de maior especialização produtiva. No setor de construção, o quociente locacional apresentou valores superiores a unidade em dezessete dos dezenove anos estudados, com valores maiores a partir de 2022. No que diz respeito às atividades hoteleiras e serviços alimentícios, incluídos na seção de alojamento e alimentação, é possível apontar uma concentração elevada de trabalhadores, indicando especialização no setor. Destaca-se que Ouro Preto é um dos principais destinos turísticos de Minas Gerais, recebendo um alto fluxo de visitantes devido ao patrimônio histórico e cultural da cidade, demandantes de serviços específicos como hotéis e restaurantes. Além disso, a presença da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), também intensifica a atividade no setor de alojamento (Souza, 2024).

Por fim, destaca-se o setor de serviços domésticos, composto pelos profissionais contratados para trabalhar em residências particulares, onde o índice apontou alta concentração de trabalhadores em onze dos dezenove anos analisados.

A análise detalhada da estrutura produtiva, a partir do fator regional, nos mostra que o emprego total nacional cresceu, impactando positivamente todos os setores econômicos do

município. No mais, o estudo mais aprofundado corroborou com os resultados observados com o quociente locacional, além de expressar algumas semelhanças com a decomposição produtiva do município de Mariana. A Tabela 3 apresenta esses resultados.

Tabela 3 - Decomposição da Estrutura Produtiva do município de Ouro Preto, ano base de 2006.

Setor Econômico	Regional	Proporcional	Diferencial	Mudança Total
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	77,75	-9,82	-41,93	26
Indústrias extractivas	163,72	115,62	4060,66	4340
Indústrias de transformação	429,22	-23,00	-508,23	-102
Eletricidade e gás	7,90	-1,04	-5,87	1
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	0,00	0,00	0,00	0,00
Construção	323,02	757,43	3659,55	4740
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	628,66	700,79	-199,45	1130
Transporte, armazenagem e correio	334,09	463,08	-1319,16	-522
Alojamento e alimentação	320,81	675,24	-99,05	897
Informação e comunicação	30,97	64,35	-153,33	-58
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	51,20	43,29	409,50	504
Atividades imobiliárias	0,32	1,58	56,11	58
Atividades profissionais, científicas e técnicas	186,17	955,11	-1376,27	-235
Atividades administrativas e serviços complementares	82,18	213,65	180,17	476
Administração pública, defesa e segurança social	1141,01	-4725,84	-25,17	-3610
Educação	204,81	129,48	-519,29	-185
Saúde humana e serviços sociais	119,79	355,65	523,56	999
Artes, cultura, esporte e recreação	15,49	25,85	21,67	63
Outras atividades de serviços	150,45	-52,06	-144,39	-46
Serviços domésticos	4,74	-18,28	-1,46	-15
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	4272,31	-328,94	4517,62	8461,00

Fonte: Resultados da pesquisa.

Assim como em Mariana, em Ouro Preto os setores extractivos e de construção apresentaram grandes variações positivas totais, com valores superiores a quatro mil empregos. Além disso, os segmentos de comércio e saúde humana também apontaram mudanças significativas no nível total de emprego. Em contrapartida, a variação total na administração pública revelou uma profunda retração do quadro do funcionalismo público.

Ao considerarmos o comportamento do emprego nacional em cada setor, captado pelo componente proporcional, percebemos valores significativos para os segmentos de construção, comércio, atividades profissionais, alojamento e alimentação. Todos os outros

setores foram impactados de forma positiva pela evolução do emprego no Brasil, indicando que o município possui em seu mix industrial uma gama de setores com forte dinamicidade nacional.

Já as características próprias do município, representadas pelo componente diferencial do modelo, revelam uma economia fortemente influenciada pela indústria extrativa e pela construção. Nesses setores, a maior parcela da variação total do emprego deveu-se a fatores locacionais, indicando possíveis vantagens competitivas, como localização estratégica, integração regional e a presença de economias de aglomeração. Essa constatação evidencia a ainda persistente dependência do emprego municipal em relação ao setor extrativo, mas também aponta para um novo indutor da economia, a construção.

Além dos setores supracitados, destaca-se o setor de atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados, no qual o fator diferencial impactou de forma significativa o emprego no segmento. No setor financeiro, estão concentradas as atividades relacionadas à transação e a intermediação financeira realizadas principalmente por instituições que compõem o Sistema Financeiro Nacional, mas não sendo restritas apenas a elas. Entre essas instituições, estão inseridos os bancos comerciais, cooperativas de crédito, bancos de investimento, holdings financeiras e não financeiras, seguros e serviços complementares, além de outros serviços auxiliares. O aumento do emprego nesse segmento, decorrente sobretudo de fatores locais, pode ser interpretado como um indicativo de potencial econômico para o município e como uma possível via de diversificação da estrutura produtiva local.

Importante salientar a presença de resultados contraditórios entre os componentes proporcional e diferencial em alguns setores. Em atividades profissionais e técnicas, transporte e armazenagem, indústria de transformação e educação, o dinamismo nacional favorece o crescimento local, conforme indica o componente proporcional positivo, mas a ausência de vantagens locacionais se traduz em valores diferenciais negativos, resultando em desempenho total desfavorável. Assim, embora a composição setorial de Ouro Preto seja, em parte, favorável ao crescimento, a insuficiência de fatores competitivos locais limita a expansão do emprego em determinados segmentos.

Por fim, cabe citar que uma das alternativas adotadas pelo poder municipal de Ouro Preto, com vistas a reduzir a dependência da indústria extrativa e diversificar a base produtiva local é o incentivo à economia criativa. Nesse segmento, é comum encontrarmos trabalhadores sem registro formal (Oliveira, Araújo e Silva, 2013), e, portanto, não registrados no sistema da RAIS. Por esse motivo, os valores encontrados para o setor de artes, cultura, esporte e recreação podem não representar a realidade.

4.2 Itabirito

Em Itabirito, os maiores valores do quociente locacional concentram-se nos setores de extrativismo mineral, construção e água e esgoto. Além desses, também foi possível perceber momentos de maior importância da indústria de transformação; transporte, armazenagem e correio e atividades profissionais técnicas e científicas. A Imagem 4, abaixo, apresenta os valores encontrados para cada um dos 21 setores analisados.

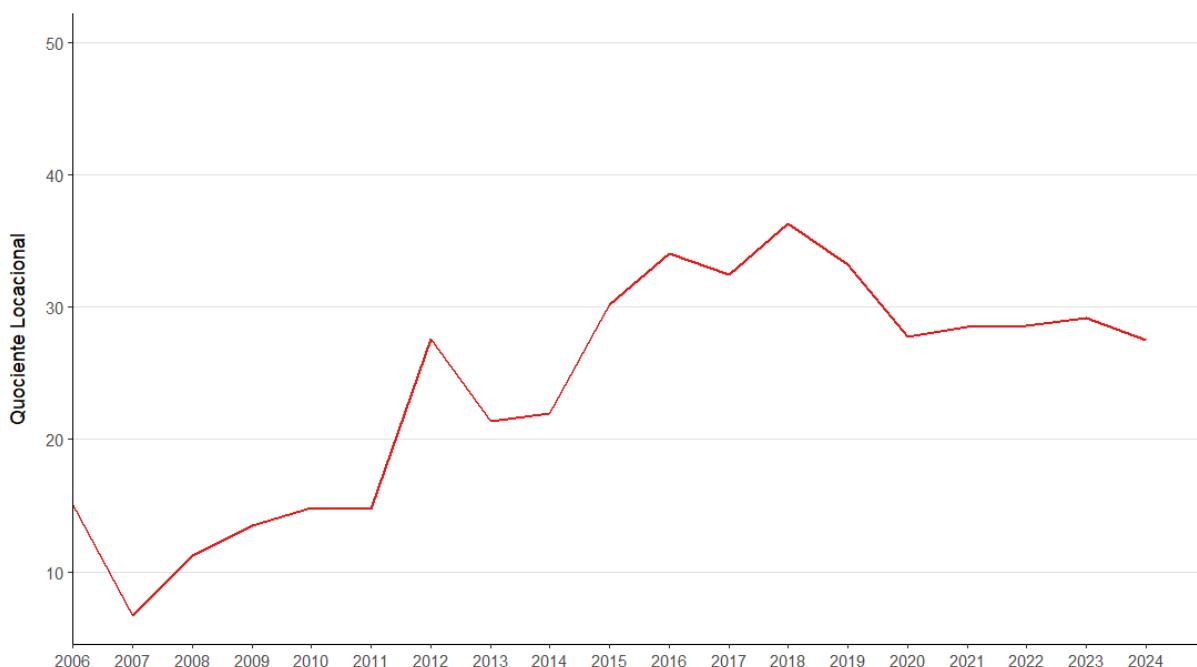
Imagen 4 - Quociente Locacional, Itabirito

Setor	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
A	0,52	0,43	0,52	0,51	0,54	0,44	0,39	0,26	0,28	0,35	0,39	0,35	0,35	0,30	0,26	0,27	0,23	0,23	0,22
B	15,11	6,71	11,25	13,48	14,80	14,77	27,54	21,39	21,93	30,14	34,00	32,47	36,29	33,18	27,71	28,54	28,61	29,19	27,48
C	1,74	1,42	1,57	1,78	1,50	1,50	1,18	0,79	0,87	0,79	0,84	0,73	0,72	0,75	0,84	0,95	0,59	0,60	0,63
D	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,22	0,20	0,14	0,11	0,11	0,15	0,10	0,08
E	0,97	0,90	1,11	1,18	1,19	1,02	0,93	0,90	1,24	1,64	1,77	1,98	1,81	1,61	1,28	2,01	1,89	1,79	0,34
F	1,40	5,65	1,90	1,38	1,41	1,58	1,38	4,30	3,04	0,79	0,80	1,54	1,63	2,28	4,76	3,43	4,09	3,41	2,64
G	0,96	0,86	1,20	1,13	1,23	1,13	0,93	0,79	0,91	1,16	1,01	0,97	0,92	0,94	0,75	0,79	0,78	0,77	0,78
H	1,29	0,87	0,95	0,89	0,96	0,79	0,71	0,60	0,80	0,92	0,89	0,97	1,03	0,91	0,79	1,02	1,05	1,30	1,38
I	0,74	0,71	0,87	0,77	0,88	0,83	0,81	0,69	0,79	0,93	0,86	0,87	0,85	0,99	0,96	1,02	1,01	1,06	0,97
J	0,34	0,28	0,32	0,07	0,30	0,17	0,12	0,07	0,10	0,12	0,10	0,13	0,12	0,06	0,07	0,12	0,14	0,14	0,14
K	0,29	0,24	0,31	0,30	0,38	0,37	0,34	0,26	0,31	0,40	0,39	0,38	0,36	0,36	0,28	0,29	0,26	0,24	0,22
L	0,04	0,14	0,16	0,29	0,38	0,24	0,28	0,41	0,54	2,00	1,67	1,16	1,13	1,09	0,90	1,02	0,86	0,79	0,73
M	0,14	0,15	0,18	0,43	0,20	0,49	0,43	0,36	0,44	0,64	0,68	0,50	0,50	0,55	0,56	1,00	1,92	2,70	2,15
N	0,21	0,20	0,21	0,22	0,18	0,19	1,06	0,65	0,34	0,66	0,64	0,47	0,35	0,29	0,22	0,21	0,28	0,50	0,50
O	0,83	0,68	0,73	0,79	0,80	0,85	0,72	0,76	1,00	0,99	1,09	1,18	1,20	1,14	0,94	0,92	0,92	0,90	0,00
P	0,48	0,38	0,57	0,50	0,55	0,65	0,58	0,49	0,59	0,61	0,58	0,60	0,64	0,62	0,53	0,52	0,46	0,40	0,66
Q	0,42	0,38	0,46	0,45	0,52	0,50	0,41	0,32	0,42	0,54	0,52	0,51	0,49	0,51	0,41	0,41	0,41	0,39	0,48
R	0,63	0,60	1,11	0,81	0,94	1,03	0,79	0,79	0,88	1,09	0,87	1,15	1,05	1,04	0,61	0,66	0,52	0,57	0,64
S	0,67	0,40	0,56	0,43	0,55	0,81	0,54	0,41	0,60	0,71	0,70	0,69	0,74	0,60	0,59	0,58	0,53	0,52	0,54
T	0,83	0,59	0,53	0,48	0,00	0,59	0,00	0,49	2,25	0,00	0,00	1,02	1,26	4,49	1,31	0,00	0,00	0,00	0,00
U	0,00	0,00	0,00	0,00	1,75	1,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Resultados da pesquisa.

Assim como em Ouro Preto, em Itabirito a especialização na indústria extractiva apresentou comportamento ascendente ao longo do período. Em 2024, o QL do setor (24,78), correspondeu a quase duas vezes o valor do início da série (15,11). Entre 2016 e 2018, momento de maior especialização produtiva do município, o índice chegou a alcançar um pico de 36,29, o maior registrado. É interessante notar que, em Itabirito, o rompimento da barragem de Fundão, ocorrido em 2015, não parece ter alterado o padrão de especialização econômica. Esse comportamento contrasta com o dos outros municípios, que registraram quedas no QL em 2015 e/ou 2016. Mais recentemente, em 2020, houve uma redução da especialização e, desde então, os valores mantêm-se estáveis, embora elevados, sugerindo que o extractivismo permanece como uma atividade básica e consolidada na estrutura econômica local. O Gráfico 11, apresenta a evolução desses indicadores.

Gráfico 11 - Dinâmica de especialização produtiva em Indústrias Extrativas no município de Itabirito.



Fonte: Resultados da pesquisa.

Outros setores, como água e esgoto e a construção também apontaram para uma concentração de empregos mais elevada, com valores superiores a um na maior parte dos anos. Além disso, diferentemente dos outros dois municípios, em Itabirito foi possível perceber uma especialização na indústria de transformação entre 2006 e 2012, quando iniciou uma trajetória de queda. Nesse segmento estão inseridas as atividades que envolvem a transformação de matérias primas em produtos acabados ou semi-acabados, tanto produzidas em indústrias e fábricas quanto às atividades domésticas artesanais. Por fim, destaca-se o aumento da concentração produtiva nos setores de transporte e atividades profissionais a partir de 2021, o que pode estar relacionado com o alargamento da base econômica municipal.

Em contraste com as outras cidades, no município em questão a administração pública não despontou como um setor com grande concentração de trabalhadores. A título de comparação, em Mariana o índice de especialização setorial para o segmento foi superior a um em 12 dos 19 anos, e em Ouro Preto em 14 anos, enquanto em Itabirito o QL apontou especialização apenas entre 2016 e 2019. Desses resultados, pode-se sugerir que o quadro de funcionários públicos na cidade é tradicionalmente mais reduzido e menor que a média nacional.

Prosseguindo para a análise diferencial-estrutural, apresentada na Tabela 4, observamos que as variações totais foram mais relevantes na indústria extrativa, na construção e na administração pública, todas com valores superiores a 2000 empregos. Nesta última, constatou-se uma expressiva retração no número de empregados formais, principalmente pelo fator proporcional, refletindo a tendência nacional de contração do funcionalismo público. Nos outros dois setores, as variações foram positivas, influenciadas predominantemente por vantagens competitivas da cidade. As atividades complementares, de apoio ao funcionamento de empresas e organizações, também apresentaram crescimento expressivo, influenciado por fatores locais. Esse valor pode ser derivado do crescimento de outros setores, uma vez que nesse segmento estão concentrados serviços terceirizados, amplamente adotados por empresas mineradoras.

Tabela 4 - Decomposição da Estrutura Produtiva do município de Itabirito, ano base de 2006

Setor Econômico	Regional	Proporcional	Diferencial	Mudança Total
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	79,02	-9,98	-151,04	-82
Indústrias extractivas	298,37	210,70	1870,93	2380
Indústrias de transformação	1175,78	-63,00	-2641,78	-1529
Eletricidade e gás	0,00	0,00	0,00	0,00
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	26,87	17,14	-72,00	-28
Construção	217,77	510,63	1932,60	2661
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	656,79	732,14	51,06	1440
Transporte, armazenagem e correio	223,78	310,18	425,04	959
Alojamento e alimentação	90,71	190,93	364,36	646
Informação e comunicação	23,07	47,94	-70,01	1
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	21,81	18,44	-8,25	32
Atividades imobiliárias	0,32	1,58	60,11	62
Atividades profissionais, científicas e técnicas	8,53	43,78	1429,68	1482
Atividades administrativas e serviços complementares	63,85	165,99	904,16	1134
Administração pública, defesa e segurança social	690,61	-2860,38	-15,23	-2185
Educação	66,69	42,16	232,15	341
Saúde humana e serviços sociais	60,05	178,30	193,65	432
Artes, cultura, esporte e recreação	12,33	20,57	20,10	53
Outras atividades de serviços	73,01	-25,27	3,25	51
Serviços domésticos	0,95	-3,66	-0,29	-3
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	3790,31	-471,80	4528,49	7847,00

Fonte: Resultados da pesquisa.

Na indústria de transformação, a decomposição estrutural ajuda a explicar os valores encontrados pelo quociente locacional. É possível perceber que apesar do crescimento nacional positivo do setor, representado pelo fator regional, o fator diferencial negativo impactou fortemente o emprego na atividade, resultando em mais de 1500 empregos perdidos. Já no comércio, percebemos um comportamento distinto. Com uma variação total elevada, o componente mais representativo dessa mudança concentra-se no fator proporcional, indicando que a dinamicidade nacional do setor refletiu significativamente em Itabirito.

Por último, vale mencionar o crescimento do setor de atividades profissionais técnicas e científicas. Segundo os resultados obtidos pelo QL, na decomposição estrutural o setor também apresentou resultado significativo para questões locais. O resultado reforça a importância do segmento para a economia municipal e o aumento da participação de trabalhadores com um maior nível de treinamento e qualificação profissional.

Ao compararmos os três municípios percebemos algumas dissonâncias entre eles, mas em geral, a região é marcada pela similaridade entre as cidades. Após a análise dos quocientes locacionais, fica evidente a alta concentração de empregos na indústria extrativa. Contudo, a dinâmica de especialização em cada um dos municípios apresentou comportamentos distintos no decorrer dos anos. Enquanto em Mariana a participação do extrativismo apresentou certa constância, em Itabirito e, principalmente, em Ouro Preto, a importância do setor para o conjunto da economia cresceu de forma considerável. A análise da estrutura produtiva deixa ainda mais claro esse comportamento.

Além do extrativismo, a construção revelou-se como uma importante geradora de empregos formais em todos os municípios. A partir do quociente locacional, percebemos a elevação da concentração de trabalhadores no setor, evidenciada principalmente nos últimos anos da década de 2010. A análise *Shift Share* endossa esse resultado: em todos os casos a construção aparece com expressivas variações totais, influenciadas principalmente por atributos locais.

Não obstante, outros setores também mostraram-se relevantes para a economia local. Os serviços de apoio às empresas e as atividades terceirizadas apresentaram acréscimos importantes no emprego municipal, principalmente em Mariana e Itabirito. Nessas cidades, as atividades profissionais, técnicas e científicas também se destacaram, em especial devido a vantagens competitivas das cidades. Em Ouro Preto, as atividades financeiras, de seguros e serviços complementares apresentam um crescimento fortemente influenciado por características locais, bem como o setor de saúde humana e serviços sociais.

Em geral, os segmentos relacionados à agricultura e a indústria de transformação apresentaram alterações negativas. No primeiro, a região demonstrou desvantagens locacionais e reduções no número de empregos no setor. O mesmo pode ser observado no segundo, onde a perda de competitividade local resultou na contração do emprego no setor. O anexo A exibe esses achados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar a influência da indústria extractiva na composição da estrutura produtiva de três municípios mineiros: Mariana, Ouro Preto e Itabirito, tentando captar alguma sensibilidade dos encadeamentos dos setores produtivos nestas economias. Estes municípios, por sua vez, historicamente, têm sido influenciados pela atividade mineradora, essas cidades apresentam suas economias baseadas na exploração de recursos naturais. Contudo, por se basear na extração de um recurso não renovável, a atividade mineral possui limites inerentes, o que impõe às regiões com forte tradição mineradora a necessidade de planejar alternativas econômicas sustentáveis no longo prazo.

Uma das maneiras de transformar uma possível maldição em benção é utilizar-se dos efeitos irradiadores da indústria extractiva para desenvolver outras atividades econômicas. Tendo isso em vista, este trabalho procurou compreender os efeitos da especialização produtiva no município bem como identificar possíveis setores com potencial de crescimento em cada uma das cidades. Para isso, tentamos entender se, passado o *boom* do início do século e as consequências dos rompimentos de 2015 e 2019, os municípios permaneceram com a mesma estrutura produtiva ou se foram capazes de desenvolver outras atividades.

Os resultados obtidos confirmam a hipótese inicial de que o extrativismo ainda se apresenta como principal atividade econômica dos municípios. Em todos os casos, foi possível observar ou aprofundamento ou a estabilidade do setor, sem que houvesse grandes reduções da especialização produtiva. Ainda assim, outras atividades, influenciadas principalmente por demandas do setor mineral, foram capazes de se desenvolver e se transformaram-se em importantes focos de geração de empregos, como a construção civil e as atividades de apoio às organizações. O desafio se encontra em manter o fluxo de geração de emprego após o fim do período de investimento do setor chave.

Nesse sentido, alguns setores se sobressaíram como possíveis alternativas para diversificar as economias locais. Em Mariana, o segmento de serviços, representado pelas atividades profissionais, científicas e técnicas, apresentou expressiva variação no número de empregos, sob grande influência de vantagens competitivas locais. O setor de transporte,

armazenagem e correio também apresentou potencial na cidade, o que pode estar relacionado a presença de economias de aglomeração que favorecem o compartilhamento de infraestrutura, conhecimento especializado e outras externalidades positivas.

Já em Ouro Preto, as atividades financeiras, seguros e serviços relacionados mostraram crescimento importante, impulsionado por vantagens locacionais, também sugerindo a existência de economias de aglomeração na cidade. Um ponto de destaque na estrutura produtiva municipal é a contradição entre um *mix* industrial composto por setores com forte dinamicidade nacional, como serviços, comércio, alojamento e alimentação, mas que não possuem vantagens competitivas na cidade. Dessa forma, trabalhar na construção de tais vantagens, por meio de políticas de fomento ao turismo e a cultura, pode ser um caminho para fortalecer a base produtiva de Ouro Preto.

Em Itabirito, os resultados apontaram para uma estrutura setorial bastante similar a de Mariana, todavia, ainda é possível identificar pontos de contraste. Dentre os três municípios, Itabirito foi o único a indicar especialização produtiva na indústria de transformação, mesmo que apenas no início do período. Na realidade, esse setor passou por uma forte retração no número de empregos, particularmente devido a perda de competitividade local. Por outro lado, nas atividades profissionais, técnicas e científicas, verificou-se grande influência de questões locais no crescimento do emprego, enquanto o segmento de comércio desenvolveu-se majoritariamente pela evolução do emprego nacional no setor.

É importante destacar, no entanto, que esta pesquisa possui limitações. A análise diferencial-estrutural e o quociente locacional não são capazes de captar os diferentes níveis de produtividade da mão de obra. Além disso, o grau de desagregação setorial também impacta nos resultados, podendo haver alterações a depender do número de setores utilizados. Soma-se a isso a limitação dos dados, uma vez que foram consideradas apenas informações referentes ao emprego formal; como é sabido, em alguns setores a informalidade é bastante expressiva, o que pode gerar sub-representação de determinadas atividades. Por fim, salienta-se que, para os microempreendedores individuais (MEI) sem empregados, a declaração da RAIS não é obrigatória.

Ainda assim, os resultados desta pesquisa podem se desdobrar em implicações práticas relevantes. Em conjunto com outras ferramentas de diagnóstico, o estudo pode auxiliar no planejamento regional dos municípios ao identificar possíveis economias de aglomeração e arranjos produtivos locais, contribuindo para a construção de alternativas ao extrativismo. Para pesquisas futuras, sugere-se aprofundar a análise dos setores que apresentaram maiores

variações diferenciais, de modo a identificar quais características influenciam as vantagens competitivas locais.

REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, D.; JOHNSON, S.; ROBINSON, J. A. Institutions as a fundamental cause of long-run growth. In: AGHION, P.; DURLAUF, S. N. (Ed.). *Handbook of Economic Growth*. v. 1A. Amsterdam: Elsevier, 2005. p. 385-472.

ALMEIDA, A.P. Mariana investe R\$ 7 milhões para a criação de um Distrito Empresarial. Jornal O Liberal, 10 de junho de 2025. Disponível em: <https://oliberalinconfidentes.com.br/mariana/mariana-investe-r-7-milhoes-para-a-criacao-de-um-distrito-empresarial/>. Acesso em junho de 2025.

ANDERSEN, A. et al. Natural resources, innovation and development. Denmark: Aalborg University, 2015.

ANDERSEN, A. Towards a new approach to natural resources and development: the role of learning, innovation and linkage dynamics. *International Journal of Technological Learning, Innovation and Development*, v. 5, n. 3, p. 291-309, 2012.

ANTUNES, R.; DRUCK, G. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. *O Social em Questão*, vol. 18, n. 34, p. 19-40, julho-, 2015.

AUTY, R.; WARHURST, A. Sustainable development in mineral exporting economies. *Resources Policy*, v. 19, n. 1, p. 14-29, mar. 1993.

BAGCHI-SEN, S.; SMITH, H.L.; The Role of the University as an Agent of Regional Economic Development. *Geography Compass*, vol. 6, n. 7, p. 439-453, Jul. 2012.

BANCO MUNDIAL. O impacto da COVID-19 no mercado de commodities é maior sobre os preços de energia; Baixa demanda de petróleo provavelmente continuará além de 2021. World Bank, 22 de outubro de 2022. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2020/10/22/impact-of-covid-19-on-commodity-prices-is-greater-for-energy-prices-low-demand-for-oil-will-probably-continue-beyond-2021>

[dity-markets-heaviest-on-energy-prices-lower-oil-demand-likely-to-persist-beyond-2021.](#)

Acesso em abril de 2025.

BELISÁRIO, H.P.P.; VIANA, F.D.F. Estrutura produtiva do Quadrilátero Ferrífero Mineiro: uma análise pelo método diferencial-estrutural. In: MARTINS, E.R. (Org). Engenharia de Produção: gestão de qualidade, produção e operações. São Paulo: Editora Científica Digital, 2021. p. 179-196.

BIANCHI, A. M. Albert Hirschman na América Latina e sua trilogia sobre o desenvolvimento econômico. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 16, n. 2 (30), p. 131-150, ago. 2007.

BORGES, G.T.N.; TRINDADE, J.R.B. Economia política da financeirização no segmento mineral brasileiro: o caso da Vale S/A. *Revista de Estudos Sociais*, Cuiabá-MT, vol. 24, n. 49, 45-69, 2022.

BRASIL. Agência Nacional de Mineração. Compensação Financeira pela Exploração Mineral - CFEM. [Brasília]: ANM, 31 de outubro de 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/anm/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/contribuicao-financeira-pela-exploracao-mineral-2013-cfem>. Acesso em abril de 2025.

BRASIL. Lei Nº13.429, de 31 de março de 2017. Altera dispositivos da Lei nº6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Diário Oficial da União, Brasília, p. 1, edição extra. 31 de março de 2017. Seção 1.

BRASIL. Lei Nº14.066, de 30 de setembro de 2020. Altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, e o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração). Diário Oficial da União, Brasília, v. seção 1, Brasília, DF, 1 out. 2020.

BRESSER-PEREIRA, L. C. et al. Doença Holandesa. In: Macroeconomia desenvolvimentista: teoria e política econômica do novo desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. p. 67-90.

CARVALHO, J.M. A escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010, 196 p. ISBN: 978-85-7982-005-2. Available from SciELO Books.

CARVALHO, L.W.R. Uma aplicação do método estrutural-diferencial para análise do desenvolvimento do Centro-Oeste. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, vol. 33, n. 3, p. 413-440, jul./set.1979.

CERQUEIRA, H. E. A. da Gama. A economia evolucionista: um capítulo sistêmico da teoria econômica? Análise Econômica, Porto Alegre, v. 20, n. 37, p. 55-79, mar. 2002. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/AnaliseEconomica/article/view/10685/6313>. Acesso em: 10 mar. 2025.

COELHO, T. P. Minério-dependência e alternativas em economias locais. Versos, v. 1, p. 1-8, 2017.

COSTA, M.A. et al. Uma investigação sobre a minero-dependência em Brumadinho-MG: as metáforas do processo de formação e da dinâmica econômica local. Brasilia: Ipea, 2020. (Texto para Discussão, n. 2603).

FONSECA, E. et al. Diagnóstico do Plano de Apoio à Diversificação Econômica (PADE). Diretoria de Estudos Econômicos da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Tecnologia. Ouro Preto, 11 de abril de 2024.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). Rompimento da Barragem de Fundão: um desastre que não acabou. Projeto Rio Doce. [s.d.]. Disponível em: <https://projetoriodoce.fgv.br/o-desastre>. Acesso em: abril de 2025.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 32. ed. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 2005.

FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento econômico. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

GOVERNO DE MINAS GERAIS. Histórico do rompimento das barragens da Vale na Mina Córrego do Feijão. Governo de Minas, 03 de maio de 2024. Disponível em: Histórico do rompimento das barragens da Vale na Mina Córrego do Feijão | MG.GOV.BR - Pró-Brumadinho. Acesso em maio de 2025.

GOVERNO FEDERAL. Novo Acordo Rio Doce. Secretaria-Geral, Brasília, março de 2025.

GREENPEACE. O crime da Vale em Brumadinho. Greenpeace, 25 de março de 2019. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/o-crime-da-vale-em-brumadinho/>. Acesso em maio de 2025.

GUIMARAES, C. L.; MILANEZ, B. Mineração, impactos locais e os desafios da diversificação: revisitando Itabira. DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE (UFPR), v. 41, p. 215-236, 2017.

HADDAD, P. R. (Ed.). Planejamento regional: métodos e aplicação ao caso brasileiro. Ipea, 1974. p. 244.

HELBLING, T. Commodities in Boom. Finance & Development Magazine, p. 30-31, 2012.

HIRSCHMAN, A. O. Desenvolvimento por efeitos em cadeia: uma abordagem generalizada. In: SORJ, B.; CARDOSO, F. H.; FONT, M. (Org.). Economia e movimentos sociais na América Latina. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 21-64. Disponível em: <[sorj-9788599662595-03.pdf](https://www.sorj.org.br/9788599662595-03.pdf)>. Acesso em: 10 de março.

IBRAM — Instituto Brasileiro de Museus. Mapa Ibram. IBRAM. [s.d.]. Disponível em: <https://ibram.org.br/mapa-ibrام/>. Acesso em: abril de 2025.

IMPULSO Mariana: novo programa econômico é lançado com presença de Rômulo Passos. Jornal Ponto Final, 13 de fevereiro de 2025. Eventos. Disponível em:

<https://jornalpontofinal.com.br/2025/02/13/impulso-mariana-novo-programa-economico-e-lançado-com-presença-de-romulo-passos/>. Acesso em maio de 2025.

KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M. Economia internacional: teoria e política. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2005.

LARSEN, E. R. Escaping the Resource Curse and the Dutch Disease? The American Journal of Economics and Sociology, v. 65, n. 3, p. 605-640, ago. 2006.

LOUREIRO, L. Avança Mariana: Plano para diversificação e desenvolvimento. Agencia Primaz, 05 de abril de 2025. Disponível em: <https://www.agenciaprimaz.com.br/2025/04/05/avanca-mariana-plano-diversificacao-e-desenvolvimento/>. Acesso em maio de 2025.

MACIEL, R.L.T.B. O uso da terceirização pela mineradora Vale. In: Simpósio Internacional Insterdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas: Democracia & Direitos Humanos, 3, 2019, Ponta Grossa. Anais eletrônicos [...]. Ponta Grossa: SIICSA UEPG, 2019.

MEHLUM, H.; MOENE, K.; TORVIK, R. Institutions and the resource curse. The Economic Journal, v. 116, n. 508, p. 1-20, 2006.

MELLO, E.M.R. Mineração de ferro e enclave: estudo de caso da Companhia Vale do RioDoce em Itabira. 2000. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2000.

MILANEZ, B.; MANSUR, M. S.; WANDERLEY, L. J. M. Financeirização e o mercado de commodities: uma avaliação a partir do setor mineral. Revista Tamoios, v. 15, p. 104-125, 2019.

MILANEZ, B.; SANTOS, R. S. P. Neoextrativismo no Brasil? Uma análise da proposta do novo marco legal da mineração. Revista Pós Ciências Sociais, v. 10, n. 19, p. 119-148, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/1940>. Acesso em: 10 mar. 2025.

MILANEZ, Bruno. Economias extrativas e desenvolvimento: contradições e desafios. GEOgraphia, Niterói, v. 23, n. 51, p. 1-25, 2021.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS. Nova Bento Rodrigues começa a ser construída em Mariana. MPMG, 03 de agosto de 2018. Disponível em: <https://www.mpmg.mp.br/portal/menu/comunicacao/noticias/nova-bento-rodrigues-comeca-a-ser-construida-em-mariana.shtml>. Acesso em: nov. 2025.

MORRIS, M.; KAPLINSKY, R.; KAPLAN, D. “One thing leads to another” – commodities, linkages and industrial development. Resources Policy, v. 37, n. 4, p. 408-416, 2012.

NASSIF, A. O modelo centro-periferia e a economia política da Cepal: ontem e hoje. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA DA ASSOCIAÇÃO DOS CENTROS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA (ANPEC), 49., 2021. Anais [...]. [S. l.: s. n.], 2021. p. 1-20. Disponível em: i2-8131f48c2e25cf8adf6a27037f6cd3cb.pdf. Acesso em: 10 março de 2025.

NIERDELE, P. A. et al. Hirschman e a economia do desenvolvimento. In: NIERDELE, P. A.; RADOMSKY, G. F. (Org.). Introdução às teorias do desenvolvimento. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. cap. 4, p. 38-49.

Nossa História. Samarco. Disponível em: <https://www.samarco.com/quem-somos/>. Acesso em abril de 2025.

NUNES, E.F. Os impactos do rompimento da barragem de Fundão no município de Mariana-MG. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2019.

OLIVEIRA, J.M.; ARAÚJO, B.C.; SILVA, L.V. Panorama da economia criativa no Brasil. Brasília: Ipea, 2013. (Texto para Discussão, n. 1880).

PAMPLONA, J. B.; CACCIAMALI, M. C. A maldição dos recursos naturais: atualizando, organizando e interpretando o debate. Economia e Sociedade, Campinas, v. 27, n. 1, p. 129-159, abr. 2018.

POCHMANN, Márcio. O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001.

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. Boletim Econômico da América Latina, Santiago do Chile, v. 7, n. 1, p. 1-22, 1962. Disponível em: 003.pdf. Acesso em: 10 de março de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SEMDE). Prefeitura de Itabirito, s.d. Disponível em: <https://itabirito.mg.gov.br/secretaria/secretaria-municipal-de-desenvolvimento-econômico/>. Acesso em maio de 2025.

RIBEIRO, L.C.S. et al. Encadeamentos setoriais, especialização produtiva e dinamismo da mineração no estado de Minas Gerais. Revista de Desenvolvimento Econômico, Salvador, vol. 2, n. 52, p. 188-2018, maio/ago., 2022.

ROESER, H.M.P.; ROESER, P.A.; O quadrilátero ferrífero - MG, Brasil: aspectos sobre sua história, seus recursos minerais e problemas ambientais relacionados. GEONOMOS, Belo Horizonte, vol. 18, n. 1, p. 33-37, 2010.

ROSS, M. L. What have we learned about the resource curse? Annual Review of Political Science, v. 18, p. 239-259, maio. 2015.

ROSSER, A. The political economy of the resource curse: a literature survey. Brighton: Institute of Development Studies, University of Sussex, 2006. (IDS Working Paper, n. 268).

SACHS, J.; WARNER, A. Natural resources abundance and economic growth. Cambridge: National Bureau of Economic Research, 1995. (NBER Working Paper, n. 5398).

SACHS, J.; WARNER, A. Natural resources and economic development: the curse of natural resources. European Economic Review, v. 45, n. 4-6, p. 827-838, maio. 2001.

SAMARCO. A Samarco obtém Licença de Operação Corretiva (LOC). Samarco, 25 de out. de 2019. Disponível em:

<https://www.samarco.com/a-samarco-obtem-licenca-de-operacao-corretiva-loc/>. Acesso em abril de 2025.

SAMARCO. Reparação antiga. Samarco. [s.d.]. Disponível em: <https://www.samarco.com/reparacao-antiga/>. Acesso em: abril de 2025.

SANTOS, F. R.; RIBEIRO, L.C.S.; SILVEIRA, E.J.G. Caracterização das atividades turísticas nos municípios brasileiros em 2015.

SARMIDI, T.; LAW, S. H.; JAFARI, Y. Resource Curse: New Evidence on the Role of Institutions. *International Economic Journal*, v. 28, n. 1, p. 191-206, 2014.

SILVA, F.F.; SILVA, J.F.; TUPY, I.S. Reflexões sobre a resiliência econômica regional: o cenário pós-desastre de Mariana (MG). *Redes, Santa Cruz do Sul* [online], v.24, n.2, p. 00-00, maio-agosto, 2019.

SILVA, O.P. A mineração em Minas Gerais: passado, presente e futuro. *GEONOMOS*, Belo Horizonte, 3, 1, p. 77-86, 1995.

SIMÕES, R. Métodos de análise regional e urbana: diagnóstico aplicado ao planejamento. Belo Horizonte: Cedeplar - UFMG, 2005. (Texto para Discussão, n. 259).

SINGER, H. W. The Distribution of Gains between Investing and Borrowing Countries. *The American Economic Review*, v. 40, n. 2, p. 473-485, maio. 1950. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1818065>. Acesso em: 10 de março de 2025.

SOUZA, E.C.M. Patrimônio, consumo cultural e turismo em Ouro Preto, MG, pós-covid-19. *INTERAÇÕES*, Campo Grande, MS, v. 25, n. 4, e2544479, out./dez. 2024.

TEIXEIRA, L.P.; CARVALHO, F.M.A. A construção civil como instrumento do desenvolvimento da economia brasileira. *REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO*, Curitiba, n.109, p. 09-26, jul./dez. 2005.

VALE. Barragem Cmapo Grande começa a ser descaracterizada, em Mariana (MG). Vale, 20 de abril de 2023. Eliminação de barragens. Disponível em: <https://vale.com/pt/w/mais-uma-barragem-a-montante-come%C3%A7a-a-ser-descaracterizada-no-brasil-1>. Acesso em novembro de 2025.

VALE. Relato Integrado. 2024. 128 p. Disponível: 2a2958a5-6a68-3b71-867b-9c790c4dc244. Acesso em novembro de 2025.

VALE. Vale inicia primeira etapa do programa de Descaracterização na Barragem Xingu. Vale, 26 de junho de 2025. Eliminação de barragens. Disponível em: <https://vale.com/pt/w/vale-starts-the-first-phase-of-the-decharacterization-program-at-xingu-dam-1>. Acesso em novembro de 2025.

VALE S.A. Relatório Anual. Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos. Rio de Janeiro, 2025.

VILLE, S.; WICKEN, O. The dynamics of resource-based economic development: evidence from Australia and Norway. *Industrial and Corporate Change*, v. 22, n. 5, p. 1341-1371, 2012.

WANDERLEY, L. J. M. Do Boom ao Pós Boom das commodities: o comportamento do setor mineral no Brasil. *Versos - Textos para Discussão PoEMAS*, 1(1), 1-7, 2017.

WATKINS, Melville H. A Staple Theory of Economic Growth. *The Canadian Journal of Economics and Political Science*, v. 29, n. 2, p. 141-158, maio. 1963. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/139461>. Acesso em: 10 de março de 2025.

ANEXO A

Decomposição da Estrutura Produtiva da microrregião, ano base de 2006.

Setor Econômico	Regional	Proporcional	Diferencial	Mudança Total
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	214,93	-27,15	-294,78	-107
Indústrias extractivas	817,99	577,63	6769,38	8165
Indústrias de transformação	1657,79	-88,82	-2953,96	-1385
Eletrociadade e gás	7,90	-1,04	-0,87	6
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	36,03	22,99	44,98	104
Construção	1058,52	2482,02	8026,47	11567
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	1785,16	1989,96	327,87	4103
Transporte, armazenagem e correio	759,83	1053,20	-413,04	1400
Alojamento e alimentação	543,64	1144,25	346,11	2034
Informação e comunicação	74,59	154,98	-310,57	-81
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	92,29	78,03	402,67	573
Atividades imobiliárias	0,95	4,73	136,32	142
Atividades profissionais, científicas e técnicas	212,08	1088,08	1836,84	3137
Atividades administrativas e serviços complementares	214,93	558,77	1837,30	2611
Administração pública, defesa e segurança social	2551,32	-10567,04	-56,28	-8072
Educação	353,05	223,19	-88,24	488
Saúde humana e serviços sociais	292,05	867,08	664,87	1824
Artes, cultura, esporte e recreação	43,30	72,27	15,43	131
Outras atividades de serviços	281,62	-97,45	-5,17	179
Serviços domésticos	9,17	-35,35	-2,82	-29
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0,00	0,00	0,00	0
Total	11007,13	-499,66	16282,53	26790,00

Fonte: Resultados da pesquisa.